



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**FABIANE PEREIRA DA SILVA  
REGIANE CRUZ DE OLIVEIRA**

**CONJUNTO HABITACIONAL JACOBINA III:  
MUDANÇA E CONFIGURAÇÃO DE UM ESPAÇO DE VIVÊNCIA E DE LUTA**

**JACOBINA / BAHIA  
2007**

**FABIANE PEREIRA DA SILVA  
REGIANE CRUZ DE OLIVEIRA**

**CONJUNTO HABITACIONAL JACOBINA III: MUDANÇA E  
CONFIGURAÇÃO DE UM ESPAÇO DE VIVÊNCIA E DE LUTA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Campus IV da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Ms. Edvaldo Hilário dos Santos

JACOBINA / BAHIA  
2007

[ Ficha Catalográfica ]

SILVA, Fabiane Pereira da; OLIVEIRA, Regiane Cruz de.

Conjunto Habitacional Jacobina III: Mudanças e a Configuração de Um Espaço de Vivência e de Luta/ Fabiane Pereira da Silva; Regiane Cruz de Oliveira – Jacobina – BA: UNEB, 2007. 78 f.

Monografia (graduação) - Universidade do Estado da Bahia. Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Jacobina – BA – BR, 2007. Orientador: SANTOS, Edvaldo Hilário dos.

1. Conjuntos habitacionais 2. Transformações na paisagem 3. Política habitacional 4. Urbis.

I. UNEB/DCH-4

II. Título (Série)

É concedida à Universidade do Estado da Bahia permissão para reproduzir cópias desta Monografia, emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. As autoras reservam outros direitos de publicação e **nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzido sem a prévia autorização, por escrito, das referidas autoras.**

Fabiane Pereira da Silva

Fabiane Pereira da Silva

Regiane Cruz de Oliveira

Regiane Cruz de Oliveira

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH  
CAMPUS IV – JACOBINA / COLEGIADO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

FABIANE PEREIRA DA SILVA  
REGIANE CRUZ DE OLIVEIRA

**CONJUNTO HABITACIONAL JACOBINA III: MUDANÇAS E A  
CONFIGURAÇÃO DE UM ESPAÇO DE VIVÊNCIA E DE LUTA**

Monografia aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA:**

*Edvaldo Hilário dos Santos*  
Edvaldo Hilário dos Santos, Ms. (UNEB/DCH-4) Orientador

\_\_\_\_\_  
Nome do Professor(a) de Monografia

\_\_\_\_\_  
Nome do Professor(a) Convidado(a)

JACOBINA / BAHIA  
2007

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado de maneira especial àqueles que em todos os momentos a seu modo souberam compreender às nossas ausências e nos forneceram todo apoio e incentivo:

Eu, Fabiane, dedico a:

*Minha mãe, a minha grande amiga Fabiana e ao meu amado Eugênio, pessoas que sempre me incentivaram, dando-me apoio e carinho.*

Eu, Regiane, dedico a:

*Em especial a minha mãe, às amigas Marta e Célia que sempre me apoiaram e estiveram prontas a ouvirem minhas lamentações.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus que é sem dúvida o grande inspirador do homem na construção do conhecimento. Devemos mencionar os nossos pais pela compreensão e estímulo em todos os momentos.

Não poderíamos deixar de agradecer em especial ao professor mestre Edvaldo Hilário dos Santos que esteve ao nosso lado em todos os momentos, a disposição para retirar dúvidas e fazer colaborações, nos estimulando a construir um bom trabalho. Ficamos gratas também à professora Jacy Bandeira que muito nos ajudou na retirada de dúvidas sobre aspectos formais e normas essenciais para a estrutura da pesquisa. Não esquecendo de lembrar a professora Maria de Fátima Almeida Martins, doutora em geografia (geografia humana), pela Universidade de São Paulo (2002), nossa grande inspiradora na escolha do tema, que foi muito gentil ao enviar a sua Dissertação de Mestrado cujo tema “Habitação popular na periferia de Fortaleza: o Conjunto Habitacional Jereissatti” (1995), tem uma estreita relação com o nosso trabalho.

Agradecemos ainda, aos moradores do conjunto habitacional Jacobina III, a Associação de Moradores na pessoa de sua representante a Sra. Maria do Socorro Magalhães da Silva Teixeira, bem como a Sra. Tânia Maria Machado Santos, ex-presidente da Associação de Moradores e a Sra. Mariá Gonçalves da Cruz Moura, ex-assistente social da URBIS, pelas informações prestadas que contribuíram de maneira significativa para a construção do nosso trabalho. Agradecemos também ao representante do setor de patrimônio da Prefeitura Municipal de Jacobina, o Sr. Onofrório Miranda Valois Coutinho, que nos forneceu a planta do conjunto e documentos jurídicos que muito colaboraram para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Agradecemos ainda a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram nesta caminhada.

## RESUMO

Os conjuntos habitacionais sempre foram um instrumento utilizado pelo Estado como caminho para sanar a questão do déficit de moradia no Brasil, porém o que se observa é que se constituem em espaços projetados e padronizados, que não atendem as demandas das pessoas que ali vão morar. O presente trabalho discute a problemática habitacional na Bahia, partindo do contexto do conjunto habitacional Jacobina III, buscando entender as mudanças ocorridas na paisagem urbana do referido conjunto desde a sua criação, em 1985, até os dias atuais. Enfatiza a influência do estilo de vida e das condições socioeconômicas dos moradores, no rompimento com a padronização imposta neste projeto de moradia. Para fundamentar a discussão do tema, foram utilizados os conceitos de paisagem, espaço, paisagem urbana, espaço urbano, planejamento urbano, ordenação do território urbano e desenvolvimento urbano. No decorrer da pesquisa, além da busca bibliográfica e documental, recorreu-se a entrevistas com diversos agentes: moradores, lideranças do conjunto, ex-funcionários da URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia S/A, para caracterizar empiricamente o tema. A pesquisa permitiu constatar que houve um total rompimento com a padronização imposta por tais modelos habitacionais, o que se configura como um espaço de luta em função das reivindicações dos moradores por melhores condições de vida, refletindo no arranjo da paisagem urbana e suas constantes transformações estruturais e sócio-econômicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** conjuntos habitacionais, transformações na paisagem, política habitacional, Urbis.

## ABSTRACT

Housing projects were always an instrument used by the State as a way to solve the matter of the home deficit in Brazil, however, what it observes itself that, they are constituted in projected spaces and standardized spaces which do not provide people's needs whom will live there. The present paper discusses habitation trouble in Bahia, starting from context of the housing project Jacobina III, in the city of Jacobina trying to understand the changes which occurred in the urban landscape of this one, since of its creation in 1985, until current days. It emphasizes the influence of the lifestyle and the resident's socio-economic conditions, in the breaking with the standardization imposed in this home project. To base on the discussion about the there they were used the concepts of: landscape, spaces, urban landscapes, urban spaces, urban planning, organization and development of urban territory. In the bibliographical and documental, searching, they were made an interview with several people: residents, representative of the housing project and former-employees of the URBIS - House and Urbanization of the Bahia S/A, to feature empirically the theme the research allowed to verify that there was a total breaking with the standardization imposed by such habitational models, what is configured as a fight space in function of the residents' claims for better life conditions, contemplating in the arrangement of the urban landscape and their constants structural and socioeconomic transformations.

**WORD-KEY:** habitational groups, transformations in the landscape, habitational politics, Urbis.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Investimentos em Habitação por Programas – Bahia, 2003 –2005.....	41
<b>Tabela 02:</b> Avaliação da Atuação do Poder Público Municipal no Conjunto Habitacional Jacobina III .....	62

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Quantitativo de Mutuários e Conjuntos Habitacionais da URBIS .....	45
<b>Quadro 02:</b> Conjunto Habitacional Jacobina III: Unidades Habitacionais Construídas. ....	67

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> Localização do município de Jacobina.....	48
<b>Figura 02:</b> Vista do Conjunto Habitacional Jacobina III, e do Bairro Alexandre Sinfrônio.....	49
<b>Figura 03:</b> O uso do Solo Urbano na cidade de Jacobina.....	50
<b>Figura 04:</b> Gráfico 01: Renda Mensal Familiar da População do Conjunto.....	53
<b>Figura 05:</b> Posto de Medicamentos Reis.....	53
<b>Figura 06:</b> <i>Lan House</i> da Sara.....	53
<b>Figura 07:</b> Vídeo Locadora do Amiguinho.....	54
<b>Figura 08:</b> Mercadinho Estrela.....	54
<b>Figura 09:</b> Fábrica de Calçados e Artefatos de Couro Free Way.....	54
<b>Figura 10:</b> Transporte Coletivo Urbano.....	56
<b>Figura 11:</b> Moto-Taxistas, uma alternativa de transporte aos moradores do conjunto.....	56
<b>Figura 12:</b> Espaços vazios destinados à construção de praças.....	57
<b>Figura 13:</b> Espaços vazios destinados à construção de praças.....	57
<b>Figura 14:</b> Jovens reunidos em frente à Igreja Católica, em função da ausência de uma praça, um espaço de sociabilidade.....	60
<b>Figura 15:</b> Moradores do conjunto sentados nas calçadas.....	60
<b>Figura 16:</b> Posto Policial da Polícia Militar.....	64
<b>Figura 17:</b> Residência antes das modificações.....	68
<b>Figura 18:</b> Residência após as modificações.....	68
<b>Figura 19:</b> Residência que ainda conserva o mesmo padrão da época em que foi construída.....	68
<b>Figura 20:</b> Residência cuja casa-embrião transformou-se em um sobrado.....	68

## LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS

FCP.....	Fundação da Casa Popular.....
BNH.....	Banco Nacional de Habitação.....
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....
SEDUR.....	Secretaria de Desenvolvimento Urbano.....
CONDER.....	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.....
SEPLANTEC....	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.....
EMBASA.....	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.....
SEINFRA.....	Secretaria de Infra-Estrutura.....
SUCAB.....	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia.....
PSH.....	Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social.....
FGTS.....	Fundo de Garantia Por Tempo De Serviço.....
URBIS.....	Habitação e Urbanização da Bahia S/A.....
SFH.....	Sistema Financeiro de Habitação.....
CEDERB.....	Companhia de Desenvolvimento Urbano.....
HAMESA.....	Habitação Melhoramentos.....
OGU.....	Orçamento da União.....
MOR.....	Moradores do Conjunto Habitacional Jacobina III.....

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>17</b>
1.1. As diversas concepções de paisagem.....	17
1.1.1. <i>Introdução.....</i>	17
1.1.2. <i>A Paisagem Urbana .....</i>	19
1.1.3. <i>Fatores que promovem mudanças na paisagem.....</i>	20
1.2. O espaço como a soma das diversas paisagens.....	22
1.3. O espaço urbano .....	23
1.4. A ordenação do território urbano .....	26
1.5. Gestão e planejamento urbano.....	29
1.6. Desenvolvimento urbano .....	32
<b>2. A QUESTÃO HABITACIONAL NA BAHIA: A CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS.....</b>	<b>36</b>
2.1. Panorama da questão habitacional brasileira .....	36
2.2. Algumas Considerações sobre a Questão da Habitação na Bahia.....	39
2.3. O papel da Urbis e a construção de conjuntos habitacionais .....	43
<b>3. CONJUNTO HABITACIONAL JACOBINA III: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE VIVÊNCIA DOS MORADORES E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA .....</b>	<b>47</b>
3.1. Localização e caracterização da área de estudo.....	47
3.1.1. <i>Aspectos Físicos .....</i>	51
3.1.2. <i>Aspectos socioeconômicos .....</i>	52
3.2. O cotidiano e o estilo de vida dos moradores .....	55
3.3. A atuação do poder público municipal e de lideranças locais no contexto do conjunto habitacional Jacobina III .....	61
3.4. A nova aparência da paisagem urbana do Conjunto Habitacional Jacobina III.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe analisar as mudanças ocorridas na paisagem urbana do conjunto habitacional Jacobina III, desde a sua construção em 1985, até os dias atuais.

Os conjuntos habitacionais são planejados de maneira a construir um espaço homogêneo, padronizado, o que fica evidente no aspecto das casas, das ruas e dos espaços públicos. Quando concebidos os conjuntos habitacionais revelam uma paisagem semelhante e estática, a qual a vida dos moradores deveria se submeter.

A paisagem é definida como tudo aquilo que a nossa visão percebe. A partir de sua observação é possível notar que ela está em constante transformação, ou seja, ela é dinâmica e composta de elementos físicos e socioeconômicos que se inter-relacionam, produzindo a sua aparência, o que nos leva a entender a paisagem como algo em permanente reprodução sendo acrescida de novos elementos nos diferentes momentos históricos.

No caso específico do conjunto habitacional Jacobina III, a partir do momento em que o mesmo se tornou habitável, passando a ser o espaço de vivência dos moradores, surgiu a necessidade de romper com a padronização e de lutar por melhores condições de vida. Poderíamos afirmar que partindo dessa busca por melhorias, os moradores dentro de suas possibilidades econômicas, foram em busca de condições mais favoráveis, tanto de habitação, quanto de infra-estrutura urbana e serviços públicos, e com isso as paisagens urbanas do conjunto ganham novos significados e nova aparência.

Sendo assim, a nossa intenção nesse trabalho é compreender em profundidade essas transformações e de que forma as condições socioeconômicas dos moradores contribuíram efetivamente para a ocorrência dessas mudanças na aparência da paisagem urbana do conjunto habitacional.

O presente estudo é relevante porque contribuirá para ampliar os conhecimentos sobre a construção da paisagem urbana, através da análise e interpretação de um fenômeno ocorrido no contexto de um conjunto habitacional, elaborado e planejado para atender a famílias de baixa renda, mas da maneira como foi executado na prática o disposto no projeto não atendeu as demandas dos

moradores, levando-os a fazer reivindicações e buscar melhores condições de vida. Além disso, visa dar voz ativa às pessoas que foram vítimas da negligência do poder público, que no momento da construção das unidades habitacionais não se preocupou em oferecer aos futuros moradores do conjunto serviços e equipamentos urbanos básicos, necessários para que os mesmos tivessem uma vida digna. Sendo assim, poderá servir de base ou subsídio para futuros planejamentos ou para a execução de políticas públicas habitacionais.

No decorrer da pesquisa foram analisados alguns aspectos considerados relevantes para caracterizar o processo de mudança na paisagem do conjunto: como a questão do planejamento e infra-estrutura urbana, assim como a atuação do poder público no sentido de promover melhorias na comunidade. Além disso, foram consideradas as opções de lazer existentes no conjunto e as condições socioeconômicas dos moradores.

Os sujeitos da pesquisa foram os próprios moradores do conjunto habitacional que segundo informações da Associação de Moradores, somam aproximadamente 1360 pessoas. Foram aplicados 30 questionários com os moradores antigos, e com alguns destes foram realizadas entrevistas gravadas. Com os jovens foram aplicados 10 questionários, a fim de identificar as conseqüências da falta de opções de lazer no processo de mudança ocorrido na paisagem urbana do conjunto. Além disso, foram entrevistadas lideranças, da gestão anterior e atual da Associação de Moradores, bem como comerciantes. Foram realizadas também algumas entrevistas informais com moradores. Para delimitar o universo da pesquisa utilizamos o método de seleção de amostragem aleatória simples.

O método de abordagem escolhido para a construção do trabalho foi o método dialético, que tem como base o materialismo dialético, base filosófica do marxismo, objetivando buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. O materialismo dialético deve ter em seu estudo uma concepção dialética da realidade social, da materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer. Na totalidade do conjunto habitacional Jacobina III é notável que ocorreu um fenômeno de intensa transformação na aparência da paisagem urbana, motivada pelas condições socioeconômicas dos moradores do conjunto. A abordagem dialética nos possibilitou conhecer e explicar esse fenômeno (as transformações ocorridas na paisagem) de

maneira lógica e coerente. Os métodos de procedimentos utilizados foram pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais e pesquisas de campo.

O trabalho inicia a discussão, abordando os principais conceitos que nortearam o mesmo. No capítulo seguinte fazemos uma retrospectiva do que foi, e é a questão da habitação na Bahia e no Brasil, trazendo ainda algumas considerações sobre o papel da URBIS na construção de conjuntos habitacionais. Em seguida é apresentado o resultado final da pesquisa abordando o caso específico do conjunto habitacional Jacobina III, trazendo as principais características físicas e sócio-econômicas do conjunto, o cotidiano e o estilo de vida dos moradores, a atuação das lideranças locais e do poder público municipal no contexto do conjunto. E por fim analisamos as transformações da paisagem urbana do conjunto de forma mais ampla desde a criação até os dias atuais.

Dessa forma, trata-se da investigação de um fenômeno real, a fim de constatar como ocorreu o processo de transformação no contexto do conjunto habitacional Jacobina III, fazendo um paralelo com as reflexões teóricas sobre o tema em questão.

## CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. As diversas concepções de paisagem: breve abordagem.

#### 2.1.1. *Introdução*

O conceito de paisagem sempre teve importância fundamental para a geografia. Definida por Santos (1997, p. 61) como: "Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, [...]. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc", a paisagem nos permite perceber a partir de sua observação, como está, em parte, organizada a vida em um determinado lugar. Ao afirmar que isto ocorre apenas "em parte", nos referimos aos fatores que se situam muito além da aparência visível de uma paisagem. A paisagem, na verdade, apresenta-se como o resultado visível da maneira como a sociedade e a natureza se combinam para moldar as diferentes formas que existem na superfície da terra. A paisagem é, pois, "indicadora de conteúdo vivo e de processos dinâmicos, isto é, em constantes transformações".<sup>1</sup>

Dessa forma, a organização da sociedade, o que por ela é produzido, criado por meio de suas relações acaba por refletir na produção da paisagem. Santos (1997) coloca que a paisagem não é produzida de uma só vez, mas por substituições. Os objetos são construídos a partir de uma lógica característica de um dado momento histórico. Uma paisagem é escrita sobre a outra, compondo um conjunto de objetos com idades diferentes.

A paisagem reflete ainda, o grau desenvolvimento técnico de uma determinada sociedade, porém, como enfatiza Santos (1997) as condições

---

<sup>1</sup> Paisagem na Geografia. Disponível em: [http://www.Geocities.com/geo\\_mundi/geral5.htm](http://www.Geocities.com/geo_mundi/geral5.htm) Acesso em: 03/jan./2007

econômicas, políticas e culturais etc. Sobre essa relação entre o estágio de desenvolvimento técnico do lugar e a paisagem, Santos afirma que:

A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente as condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revela, mas ela mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis (SANTOS, 1997, p. 69).

Sendo assim, a paisagem não é algo dado para todo o sempre, ela é dinâmica sendo objeto de permanente mudança. Toda essa discussão acerca do conceito de paisagem e de seus desdobramentos é motivada pelo fato de que a temática que se pretende analisar neste trabalho parte justamente desse pressuposto de que a paisagem é algo dinâmico, em permanente processo de transformação.

Ao observar a paisagem do conjunto habitacional Jacobina III, no presente, é notável que houve um acentuado processo de modificação. Percebe-se que o prescrito no projeto de construção do conjunto, bem como a sua efetivação com a erguimento das unidades habitacionais, foram e continuam sendo rompidos, o que pode ser notado na nova aparência das casas e nos usos que ganharam os espaços públicos. Além disso, o conjunto se fundiu com o bairro Alexandre Sinfrônio e o Loteamento Morada do Sol, dando a entender que formam um único bairro. Os moradores do conjunto habitacional Jacobina III dividem serviços de saúde, escola, segurança, quadra de esportes dentre outros com esses dois bairros. Os moradores deram ao lugar, novos significados retratando na paisagem alguns aspectos de suas vidas. A fim de desvendar o que está embutido nesse processo de mudança, o presente trabalho se propõe a buscar descobrir até que ponto as condições socioeconômicas dos moradores do conjunto contribuíram para sua ocorrência.

Fica evidente, assim, que a observação e a interpretação do conteúdo da paisagem permitem que tenhamos a certeza de que o lugar habitado pela sociedade no espaço geográfico é o resultado das condições sociais em que vivemos.

### **2.1.2 Paisagem Urbana**

A paisagem em si é heterogênea, pois é composta por uma multiplicidade de formas, que exercem funções diversas. A paisagem urbana dentre todas as paisagens é a mais heterogênea, como afirma Santos (1997, p. 66), o espaço da “cidade abarca diversos tipos e níveis de produção”. A paisagem urbana se organiza a partir dos níveis de produção, circulação, distribuição e consumo, na medida em que variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível do capital, tecnologia e organização correspondentes. Dentro desta perspectiva poderíamos afirmar que as condições socioeconômicas das pessoas que habitam um lugar, consequência dos níveis de capital produtivo, tecnologia e organizações ali existentes, são responsáveis pela produção de uma paisagem característica, na qual notamos traços e evidências particulares dos indivíduos que a ocupam.

De fato é possível notar que na paisagem urbana estão os traços mais marcantes das atividades humanas e é na cidade onde é possível observar com maior nitidez a dinâmica da paisagem, dada a velocidade das mudanças que ocorrem no contexto urbano.

A paisagem urbana do conjunto habitacional Jacobina III revela tanto o padrão econômico das famílias que o habitam, quanto às consequências da fraca presença do poder público no sentido de resolver problemas de infra-estrutura urbana.

É possível notar no aspecto visível das residências que ali habitam predominantemente pessoas de classe média baixa e pessoas pobres. O notório é que boa parte desses moradores adquiriu a casa em mão de terceiros. As casas inicialmente construídas para contemplar famílias de baixa renda, segundo informações dos moradores, foram entregues a pessoas com uma certa condição financeira, que simplesmente comercializaram essas casas.

O que se observa é que o conjunto habitacional tem a função de receber as pessoas à noite para dormir, não há um dinamismo econômico e comercial, e graças a isso os moradores recorrem ao Centro da cidade para atender a suas necessidades de emprego e de consumo diário.

Durante a semana, é possível notar que o movimento, a circulação de pessoas é reduzida, revelando uma paisagem estática. Nos finais de tarde pode-se observar crianças brincando pelas ruas e donas de casa sentadas nas sombras das calçadas.

Nos finais de semana, especialmente nas ruas onde estão localizados os bares do conjunto a paisagem ganha uma nova dinâmica, pois aumentam o fluxo de carros, motos e pessoas. Isso confirma a idéia de que a vida dos moradores do lugar (conjunto), reflete naquilo que a paisagem revela, ou seja, na configuração da paisagem.

### ***2.1.3 Fatores que promovem mudanças na paisagem***

Segundo Carlos (1994, p. 48), o ritmo das mudanças ocorridas na paisagem é dado pelo grau de desenvolvimento das relações sociais. A autora coloca que a paisagem está em permanente processo de produção e reprodução, sendo reconstruída a partir das necessidades humanas. Nota-se que no aspecto da paisagem existe uma história, a paisagem produz uma história, e nela encontramos elementos do passado e do presente, essa articulação entre o novo e o velho é fruto de necessidades históricas de um determinado lugar, o que é possível notar nas construções, nas ruas, no uso do solo urbano etc. A paisagem é expressão e resultado do desenrolar da vida, do cotidiano do lugar, que cria as formas, as atividades, o movimento e a dinâmica da paisagem.

Para Carlos (1999) a paisagem urbana apresenta duas dimensões: o espaço construído, o imobilizado nas construções, e o movimento da vida. O “espaço construído”, a morfologia da paisagem apresenta muitas contradições, pois é o reflexo de uma divisão do trabalho e de atividades que irão definir os usos e as funções de cada elemento da paisagem.

A paisagem não é algo estático, nela existe um movimento expresso pelos processos de produção espacial e pelo próprio cotidiano do lugar. Carlos manifesta-

se sobre a questão do dinamismo e do movimento existente na paisagem, ao afirmar que:

[...] a paisagem considerada como forma do espaço geográfico esconde e revela o movimento, sua historicidade e sua natureza social, bem como seu dinamismo determinado pelo tipo de "desenvolvimento" que a reprodução do capital imprime ao processo espacial. O urbano aparece como obra histórica que se reproduz continuamente, onde todos os elementos que atuaram ou atuam no processo histórico são inscritos, onde a cidade aparece como a materialização da reprodução das relações materiais de produção de determinada sociedade, num determinado momento da humanidade (CARLOS, 1999, 64).

No contexto do conjunto habitacional Jacobina III vários fatores contribuíram para que a paisagem fosse aos poucos ganhando novos contornos. O projeto de construção do conjunto contemplava além das habitações, vários serviços (escola, praça, quadras de esporte, posto policial, centro comunitário e outros), porém apenas as casas e um prédio onde funcionaria uma escola saíram realmente do papel. A distância do Centro e o crescimento da malha urbana nas proximidades do conjunto, com a construção do bairro Alexandre Sinfrônio, levou os moradores a reivindicarem esses serviços. A comunidade se organizou e fundou a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Jacobina III, no ano de 1988, através da qual os moradores passaram a exigir melhorias. Assim, posteriormente foram criados: um Posto de Saúde, uma Escola com ensino fundamental até 8ª série, uma quadra e um Posto de Policial. Além disso, muitas residências ganharam novas funções, sendo transformados em mercadinhos, bares, pequenas, salões de beleza, dentre outros. A ausência de uma praça ou de uma área onde as pessoas pudessem se encontrar para conversar fez com que as ruas, as avenidas, as esquinas se transformassem em pontos de encontro de jovens e espaço para as brincadeiras das crianças. Tudo isso evidencia o fato de que o dinamismo da paisagem está intrínseco a mesma e sua relação com o cotidiano das pessoas.

## **2.2. O espaço como a soma de diversas paisagens**

A paisagem situa-se em um contexto maior, o espaço, que segundo Santos (1997, p. 71) “é o resultado da ação dos homens no próprio espaço, intermediados por objetos naturais e artificiais”. Convergindo com Santos (1997), CARLOS (2003, p. 231) define espaço como a “dimensão mais material da realidade social, produto e condição de reprodução da sociedade”. O espaço pode ser definido como um lugar onde se manifesta a vida, é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. O espaço é o *locus* de reprodução da sociedade, sendo construído por meio de relações sociais. O homem constrói e modifica o espaço, refletindo o resultado de sua ação na aparência da paisagem.

A paisagem tem um papel fundamental na análise do espaço, pois pode ser considerado com um retrato, uma manifestação formal das relações sociais e da dinâmica da produção espacial. Carlos (1994, p 45.), expressa essa relação entre espaço e paisagem no trecho seguinte: “A paisagem tem um papel relevante na análise do espaço, vista que acreditamos que ela tenha um papel relevante na análise de sua manifestação formal”.

A observação da paisagem nos permite perceber a existência de desigualdades, a paisagem não é uniforme, o que pode ser notado, no caso específico do conjunto habitacional Jacobina III, na fachada das casas, muitas revelam pela sua aparência que os moradores detêm um certo poder aquisitivo, enquanto que outras (aquelas que conservam o mesmo padrão), ou que os novos cômodos construídos ainda estão sem acabamento (pintura, reboco), revelam a dificuldade financeira e o constante estado de luta para sobreviver de alguns moradores. Esses contrastes se explicam pelo fato de que o espaço é produzido pelo trabalho social, que revela um resultado desigual, uma vez que, a sociedade não participa de forma igualitária dos resultados dos processos produtivos, que acabam por beneficiar apenas alguns segmentos sociais em detrimento de outros.

Os contrastes que emanam da observação da paisagem se fundamentam no fato da paisagem no fato de que o espaço é produzido pelo trabalho social geral da sociedade como um todo e apropriado individualmente, criando uma contradição entre a produção e o consumo, fundamentado na contradição capital-trabalho, expressa no fato de que as prioridades e diretrizes do processo de produção do espaço não são as prioridades da sociedade de modo geral (CARLOS, 1994, p. 62/63).

Essas desigualdades espaciais refletidas na configuração da paisagem ficam ainda mais visíveis no espaço urbano, no espaço da cidade, no qual a reprodução do capital manifesta-se de forma mais marcante e visível. De fato os acontecimentos do espaço urbano, o ir e vir das pessoas, o movimento dos veículos e as atividades comerciais resultam de uma dinâmica do capital, da busca pelo lucro que acaba por promover diferenciações, já que a atuação desse movimento do capital é pontual no espaço, elegendo determinadas porções do espaço em lugar de outras.

### **2.3 O Espaço urbano**

A dimensão urbana do espaço possui uma dinâmica característica perceptível na organização da vida das pessoas, com suas atividades e o seu cotidiano. O espaço urbano não se reporta apenas ao aspecto físico das cidades, pois vai além, sendo um reflexo também na organização social, política e econômica, e do modo de vida característico das cidades.

Para entender um determinado local, não basta apenas observá-lo ou viver nele. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Isto é, observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes.

De acordo com Spósito (2001):

[...] a cidade existe historicamente porque foi desenvolvida a divisão do trabalho, o que pode não aparecer facilmente em sua paisagem. A divisão do trabalho é expressa pelas diferentes profissões que as pessoas exercem no processo de apropriação e transformação da natureza, no dia-a-dia da sobrevivência da humanidade [SPOSITO, 2001, p. 14].

Verifica-se que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais. Assim, com base nas pesquisas de CÔRREA (1989), introduz-se um outro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade. Dessa maneira, o espaço da cidade é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes. O espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente.

Por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista. Devido à dinâmica da sociedade, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados.

Ainda analisando o trabalho de CÔRREA (1989), na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso de bens e serviços produzidos socialmente. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo, uma grande parcela da população não têm acesso e nem renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e nem comprar um imóvel. Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, distantes do Centro e a favela. Fazendo um paralelo com o conjunto habitacional Jacobina III, observa-se que foi construído pelo Estado, a fim de oferecer moradia a população de baixa renda, no entanto as casas oferecidas não proporcionaram nenhum tipo de conforto, apresentando poucos cômodos e tamanho insuficiente para acomodar uma família, sendo o fator principal que levou os moradores a fazer modificações na casa. Outro problema, é que foi construído em uma área afastada do centro da cidade e quando se deu a sua construção não houve uma preocupação por parte do poder público local e estadual em gerar assistência a população com estabelecimentos de educação, saúde e segurança, bem como espaços de lazer. Com isso os moradores do conjunto foram, em busca destes, afinal são coisas necessárias para que se tenha uma vida digna. Diante disso, Martins (1994) discute que:

Com efeito, no conjunto, os sujeitos que ali vivem, os moradores, ao estabelecerem relações visando a possibilitar a reprodução de suas vidas, utilizam-se muitas vezes de estratégias de sobrevivência, que nem sempre correspondem ao que lhes fora anteriormente determinado. Assim é, que se torna bastante significativo a presença das chamadas atividades informais no conjunto, pois, se o mesmo pode ser definido como lugar da força de trabalho, há aqui uma contradição nos termos, uma vez que tais estratégias de sobrevivência são reveladoras de que está diante de uma situação em que esta força de trabalho vem sendo cada vez mais alijada dos processos produtivos, deslocando a reprodução social cada vez mais para a manutenção da existência (MARTINS, 1994, p. 16).

A compreensão da dinâmica social, tendo em vista o entendimento dos processos de mudança e permanência do uso do solo em determinadas frações do espaço urbano, pode ser feita com base nos elementos, discutidos por Santos (1985), que são forma, função, estrutura e processo. Segundo o autor, a forma é o aspecto visível de uma determinada coisa, correspondendo a um objeto ou a um arranjo ordenado de objetos. Mesmo sendo governadas pelo presente, as formas apresentam um pouco do passado, surgindo dotadas de contornos e finalidades historicamente contextualizados. A forma, geralmente, continua após ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida. No entanto, podem assumir novos papéis, em momentos históricos diferentes.

A função é a atividade elementar de que a forma espacial se reveste. A função não existe sem a forma e vice-versa, apresentando uma relação direta entre as duas. As formas são criadas a partir de uma ou de várias funções.

Tanto a forma quanto à função não podem estar separadas de um outro elemento que apresenta significativa importância na organização espacial, a estrutura. É necessário compreender a estrutura social de cada período histórico para que se compreenda as modificações ou inércia das formas. Corresponde a estrutura à natureza social e econômica da sociedade em um determinado momento histórico e estabelece os valores dos diversos objetos geográficos.

Por último, o processo que é a ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado qualquer. Tomados em separado, esses conceitos nos levam a uma análise desfalcada. Assim, conforme propõe Santos (1985), a necessidade de levar em conta a junção concreta e conceitual dessas categorias:

Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. Se examinarmos apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perderemos a história da totalidade

espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes. Separando estrutura e função, o passado e o presente são suprimidos, com o que a idéia de transformação nos escapa e as instituições se tornam incapazes de projetar-se no futuro. Examinar forma e função sem a estrutura, deixa-nos a braços com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como a estrutura dita a função seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento (SANTOS, 1985, p. 56).

O dinamismo do espaço geográfico permite que os elementos que se materializam sejam o resultado de adições e subtrações sucessivas implantadas pela sociedade. A relação existente entre espaço, paisagem e espacialização indica os elementos interagentes desse dinamismo. Segundo Trindade Jr (1996):

Desvendar a dinâmica da produção do espaço única e exclusivamente da paisagem atual é, insuficiente, pois ela não revela por si só todos os dados que dinamizam o espaço produzido, todos esses nem sempre tão visíveis. Alguns elementos que compuseram da paisagem em razão de processos articulados em escalas mais amplas do espaço. É preciso, portanto, analisá-las a partir de suas dinâmicas e significados na produção do espaço (TRINDADE Jr, 1996, p. 140).

Ao observarmos o conjunto habitacional Jacobina III ficou nítido que a padronização da paisagem imposta na criação do conjunto foi suprimida, pois os espaços criados no início, hoje já adquiriram outras funções, as casas apresentam uma forma diferente daquela padronizada. A aparência do conjunto, não é a mesma imposta pelo Estado, no momento de sua criação, os moradores buscaram melhorias e assim modificaram a paisagem do conjunto. Os sujeitos que ali vivem, ao estabelecerem relações visando possibilitar a reprodução de suas vidas, utilizam-se muitas vezes de estratégias de sobrevivência, que nem sempre correspondem ao que lhes fora anteriormente determinado.

#### **2.4. Ordenação do Território Urbano**

O crescimento acelerado das populações urbanas promove um uso corporativo do território, produzindo uma urbanização correspondente. A produção de alguns espaços para o exercício de atividades hegemônicas, adicionadas às

inúmeras intervenções do setor público, que busca a partir de suas ações privilegiar principalmente os agentes hegemônicos e a classe de maior poder aquisitivo da sociedade, conduziu a periferização, entendida como o processo de exclusão social.

O destino da maioria dos excluídos do mercado de trabalho é morar nas periferias urbanas ou nas áreas mais degradadas da cidade, onde conseqüentemente estarão privados de serviços públicos ou os usufruirão de maneira precária. As facilidades de parcelamento do solo nas áreas periféricas, aliada às condições de pagamento acessíveis às populações pobres, acabaram provocando um crescimento das periferias urbanas nas cidades brasileiras.

O que se observa em muitas cidades é que a expansão urbana ocorreu em meio a total ausência de um planejamento, pois o crescimento ocorre de forma desorganizada com a ocupação de pontos impróprios para moradia, como morros, encostas, margem de rios, o que acaba ocasionando vários problemas ao poder público e principalmente aos moradores, já que nessas áreas acaba sendo mais difícil levar serviços públicos, e também são esses pontos geralmente os mais atingidos por catástrofes naturais provocados por fortes chuvas, por exemplo.

O caso do conjunto habitacional Jacobina III é um exemplo clássico desse processo de periferização, construído em um terreno afastado do Centro para abrigar famílias de baixa renda, não recebeu de imediato os serviços públicos necessários a promoção da mínima qualidade de vida aos moradores, fazendo com que os mesmos ficassem à margem do restante da cidade, ou seja, vivendo em um lugar distante do Centro da cidade sem transporte coletivo, saúde, escola, fornecimento regular de água, dentre outros. Outro aspecto importante é a questão do asfalto da estrada que liga o conjunto ao Centro da cidade que somente em meados de 1990 foi construído; sendo que necessitou ser totalmente restaurado poucos anos depois.

Isso revela a ausência de um planejamento voltado para o ordenamento do território, a fim de promover o desenvolvimento urbano do município. Somente agora no ano de 2006, o município de Jacobina, aprovou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, que pode ser questionado, já que as discussões e a aprovação não tiveram quase participação da comunidade local.

O ordenamento territorial urbano consiste em estabelecer princípios e regras para a estruturação de uma realidade concreta no contexto do território, que corresponde a uma área apropriada ou reconhecida por um indivíduo ou grupo como espaço a que pertence ou sob seu domínio. Espaço de vivência, existência e também controle. Consiste em promover a interação do homem como o espaço natural incentivando o planejamento das ocupações e assegurando a preservação de recursos naturais limitados.

O ordenamento do território urbano corresponde à ação de planejar e organizar o espaço urbano de maneira a promover o desenvolvimento urbano sustentável, ou seja, que o crescimento da malha urbana venha a ocorrer em sintonia com a preservação de unidades ambientais, existentes no município.

Para estabelecer planos de ordenamento do território urbano é necessário antes de tudo conhecer as dinâmicas dos terrenos e a realidade das populações. É preciso compreender as razões que justificam a complexidade das ocupações humanas, os diferentes usos impostos ao solo, ou seja, os modos de ocupar o território.

O território urbano com as suas características, as vias de circulação, as habitações, comércio e indústria, e as funções de cada um desses elementos definem a sua forma de organização e de uso do solo. As crescentes demandas que surgem no contexto do território urbano graças ao aumento populacional das cidades, criam a necessidade de promoção de um planejamento voltado para o ordenamento e planejamento do território, sendo que estes devem acontecer de maneira harmoniosa com a gestão dos recursos naturais, objetivando a sua conservação, e o aumento da qualidade de vida das pessoas. Lopes (1996) coloca que:

Trata-se de revalorizar ou de preservar o patrimônio natural, construído ou cultural, de prever e de ordenar as transformações e as dinâmicas dos aglomerados, de estabelecer o equilíbrio necessário a uma evolução sustentada para as ocupações humanas (LOPES, 1996).

É importante considerar que o território urbano configura-se em sua forma concreta sob uma base natural, que irá se constituir no solo urbano. Dessa forma, os condicionantes naturais devem ser considerados no momento de elaboração de um planejamento visando o ordenamento do território urbano. Para tanto, a elaboração dos Planos Diretores, que tem a finalidade de regulamentar a expansão urbano nos

municípios com mais de trinta mil habitantes, deve ser precedida por um estudo de zoneamento ambiental, que identifique as características físicas do município (solo, relevo, recursos hídricos, cobertura vegetal), bem como o grau de intervenção antrópica e a conseqüente degradação ambiental existente em cada zona do município. A partir desse diagnóstico ambiental é possível fazer uma articulação entre meio ambiente e espaço urbano para assim traçar planos e diretrizes que busquem a ordenação do território urbano e a melhoria da qualidade de vida da população. Com isso será possível definir áreas com potenciais para expansão urbana e áreas de preservação ambiental permanente.

O planejamento voltado para a ordenação do território urbano deve ocorrer em sintonia com os anseios da população, sendo que, esta precisa está envolvida nas decisões tomadas e compreender as medidas a serem executadas. Antes de executar qualquer ação é necessário considerar as formas de ocupação e a vivência das populações que ocupam o território como elementos essenciais ao ordenamento. É importante considerar, ainda, que o território é dinâmico, o que exige uma constante reavaliação nos planos de ordenamento.

## **2.5. Gestão e planejamento urbano**

O planejamento da organização do espaço brasileiro possui uma história recente. A nível local data da década de 1930; a nível regional, surge com o planejamento das bacias hidrográficas e a nível nacional da década de 60 e 70. Disto já se tem cerca de 50 anos de planejamento do espaço no Brasil, especialmente do espaço urbano.

Em meados da década de 80, o que se percebe de tudo isso no que tange ao planejamento urbano, restaram apenas tentativas formalistas e funcionalistas de planejamento, traduzidas na filosofia dos planos diretores, com suas propostas de zoneamento e nos múltiplos planos regionais e estaduais, que justificam apenas

para prestigiar alguns tecnocratas ou servir de elemento para a obtenção de financiamento junto aos organismos de crédito nacional e internacional.

No Brasil o planejamento urbano sempre esteve atrelado a três conceitos básicos: cidade (o município), a região, e o próprio conceito de planejamento, aqui erroneamente entendido no Brasil e que traduz muito mais filiações ideológicas e escolas estrangeiras do que um conhecimento efetivo de seu significado. O planejamento se traduz a uma técnica, a uma formalização do real.

De acordo com as pesquisas de Souza (2002), planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno, ou tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas, ou inversamente, com o intuito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. Enquanto que a gestão é administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão, é a efetivação, ao menos em parte, das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Dessa forma, percebemos que o planejamento e gestão são diferentes e complementares.

As mudanças verificadas no Conjunto Habitacional Jacobina III, certamente, refletem a ausência de um planejamento direcionado para o público alvo, ou seja, pessoas que possivelmente habitariam o conjunto. O planejamento urbano como afirma Clark (1985) consiste em uma ampla intervenção no espaço das cidades, e não mais restritas apenas as questões do solo e ao aspecto físico. Existem posições ideológicas que sustentam essas estratégias de planejamento, pois este é também uma atividade política e por isso, as decisões estão relacionadas em sua maioria com a manutenção do *status quo* que na cidade ou com a promoção de mudanças radicais. Em concordância com Clark, Souza (2002) vê o planejamento urbano como uma estratégia de desenvolvimento sócio-espacial congregando diversos profissionais (geógrafos, arquitetos, juristas especializados em Direito Urbano) interessados em propor soluções para os problemas das cidades. Assim, o espaço urbano deve ser antes de tudo planejado de maneira a atender as questões de infraestrutura, conforto, lazer e serviços públicos da população. Esse planejamento passa por levar em consideração a realidade social dos habitantes de um determinado local.

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade e região em que se inserem são elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são gerais e revelam enormes carências. Na visão de Santos (1993):

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e formenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caros bens de um consumo indisponível e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (SANTOS, 1993, p. 111).

A ausência do planejamento ou o emprego de um planejamento aleatório e descompromissado leva as pessoas a uma busca constante por melhorias. Tal fato é nítido no contexto do conjunto habitacional Jacobina III, pois as pessoas, diante da ausência de opções de lazer, serviços públicos e de uma infra-estrutura urbana adequada as suas necessidades, foram em busca desses elementos e imprimiram novos significados ao espaço e nova aparência a paisagem. Sabe-se que cabe ao poder público nas três esferas promover o bem estar da população de um determinado local, oferecendo-lhes condições dignas de sobrevivência e suprimindo suas necessidades básicas (saúde, educação, lazer, segurança, habitação). O conjunto foi construído distante do centro da cidade e não há preocupação do poder público em oferecer transporte coletivo adequado para que os moradores possam se deslocar até o centro da cidade. O transporte (ônibus) passa pelo conjunto a cada uma hora, sendo insuficiente para atender as necessidades dos moradores. Compete ao poder público, a responsabilidade na organização do sistema e fiscalização de seu funcionamento, para garantir sua qualidade e confiabilidade dos usuários. Os dirigentes das cidades devem se preocupar em privilegiar o transporte coletivo por ônibus, pois atende um grande número de pessoas, e principalmente aquelas pessoas de menor poder aquisitivo que não dispõem de automóvel próprio.

Como um sistema de transporte afeta a todos que vivem na cidade e deve ser encarado como um sistema dinâmico, em constante aperfeiçoamento, suas modificações devem levar sempre em consideração a opinião de todos os interessados.

Segundo Souza (2002) um bom planejamento urbano leva a construção de um desenvolvimento urbano que consiste em promover o progresso sócio-espacial, tendo como objetivos fundamentais a melhoria de vida e o aumento de justiça social.

## **2.6. Desenvolvimento urbano**

O contexto urbano brasileiro é marcado pela desigualdade social, pelas áreas de concentração da miséria e exclusão. Os problemas básicos (construção habitacional, saneamento, saúde e educação) continuam sendo dominantes. O impacto dos novos serviços ainda é modesto e não é contraditório com a necessidade de reorganizar as estruturas de serviços públicos e privados.

A crise do modelo de desenvolvimento brasileiro, totalmente perverso e excludente, é marcada pela concentração de renda. O quadro de miséria se acentua e produz uma separação social, em especial as grandes metrópoles. Os espaços econômicos, sociais e culturais são definidos de forma autoritária. De acordo com Silva (p. 32 e 33):

Os espaços à medida que se configuram, estabelecem fronteiras na cidade, definindo mundos, cujo movimento e convivência entre si são, na maioria das vezes, inviabilizados. Baseados na crise estrutural do emprego em nosso país, com impacto nos municípios, é fundamental ampliar as atividades dos serviços, considerando a forte presença do setor informal em nossa economia. Tais atividades estão concentradas, atualmente, em determinados eixos das cidades, através de grandes empreendimentos nas áreas centrais e sub-centros decorrentes da fragmentação da cidade (SILVA, 2003, p. 32 e 33).

Associado a má distribuição de renda, o crescimento exagerado da cidade tem gerado deformidades na estrutura física e social dos municípios. Os serviços públicos precários e mal distribuídos além de restringir o acesso da grande maioria da população contribuem para uma atenção diferenciada do setor público, onde determinadas regiões concentram um número de serviços e equipamentos públicos, gerando em outras áreas uma grande perda no padrão de vida dos moradores.

No conjunto habitacional Jacobina III, ficou visível em algumas áreas o total descaso do poder público, áreas em que poderiam ser construídas obras que beneficiassem os moradores, são transformadas em espaços inutilizáveis, enquanto a população carece de áreas de lazer. Segundo os moradores a cada novo mandato é prometida pelos candidatos a construção de uma praça no conjunto, no entanto, até hoje nada foi feito para aproveitar esses espaços. O conjunto necessita também de outros serviços para que os moradores possam apresentar melhorias na forma de vida, como a regularização do transporte coletivo, ampliação nas escolas para o funcionamento do ensino médio, maior assistência médica no posto de saúde, entre outros serviços. Os moradores reivindicam a atuação do poder público no conjunto, pois não satisfaz as suas necessidades.

Os programas de desenvolvimento urbano têm como alvo o desenvolvimento equilibrado e harmonioso, visando ao crescimento ordenado das cidades. Promove-se a aplicação de instrumentos modernos de controle de uso e ocupação do solo, associando-se a investimentos que projetam inclusão social, melhoria ampla da oferta e melhoria dos equipamentos urbanos e comunitários, além de ações de promoção social e fortalecimento da cidadania. Na opinião de Souza (2002):

[...], ao mesmo tempo em que se pode entender o desenvolvimento urbano como o objetivo fundamental e intrinsecamente relevante do planejamento e da gestão urbanas, mais justiça social e uma melhor qualidade de vida, que são os dois grandes objetivos intrinsecamente relevantes derivados daquele objetivo fundamental, são, de um ponto de vista operacional, parâmetros subordinados ao parâmetro essencial do desenvolvimento urbano – a autonomia individual e coletiva (SOUZA, 2002, p. 76).

Analisando a fala de Souza é possível observar que justiça social e qualidade de vida, não devem ser vistas isoladamente, pois uma complementa a outra e servem de base para o desenvolvimento. Sem a exigência de justiça social, falar em qualidade de vida para um número maior de pessoas é mascarar a permanência ou mesmo o aumento de desigualdades gritantes de acesso aos recursos e meios de satisfação de necessidades.

Devem ser permitidas ao cidadão, participações diretas nos processos decisórios. A participação proporciona melhores chances de um exercício mais pleno da cidadania, que equivale a uma maior e melhor integração na sociedade.

Nos últimos anos, por força de pressões que recebem da sociedade, os governos municipais vêm assumindo novas responsabilidades e novas posturas quanto às políticas públicas que incidem sobre a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente dos mais pobres, que demandam de maneira crescente a atenção do poder público para suas necessidades como saúde, educação, moradia, emprego e renda.

O processo de descentralização político-administrativa, iniciado da década de 1980, facilita a participação da sociedade nos processos decisórios e pode constituir um passo muito importante para a democratização do Estado e do planejamento. A escala municipal cria uma grande proximidade entre as instâncias decisórias e os problemas e necessidades da população e da comunidade, permitindo uma maior participação direta da sociedade, reduzindo o peso e as naturais mediações dos mecanismos de representação política. Fortalece o poder local e amplia as oportunidades do cidadão nas escolhas das suas alternativas e na decisão sobre seu futuro.

No entanto, no município de Jacobina não se verifica essa participação da sociedade nas tomadas de decisões, pois por um lado as autoridades não incentivam essa participação, principalmente no que diz respeito a divulgação e por outro lado a população se acomoda e não reivindica os seus direitos, sendo na maioria das vezes omissos diante das decisões tomadas pelas autoridades.

Muitas mudanças ocorridas após a nova constituição possibilitaram que os municípios avancem no campo do desenvolvimento local e na implementação de políticas sociais. Segundo Carlos e Lemos (2003, p. 237) muitos municípios têm introduzido outros temas e demandas como objeto de política pública local, como o combate ao desemprego e a pobreza, além dos serviços públicos urbanos (como água, luz, esgoto, saneamento, transporte, moradia em sentido amplo) e outros serviços de âmbito local, como saúde e educação. Não fazem, assim, distinção entre política econômica e política social nem quanto ao papel a ser desempenhado por esta instância de governo.

A análise da dimensão do papel dos municípios na promoção do desenvolvimento aponta para o crescimento de suas responsabilidades em relação

às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas urbanos.



## A QUESTÃO HABITACIONAL NA BAHIA: A CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS.

### 2.1. Panorama da questão habitacional brasileira

Para traçarmos um breve histórico do que foi e é a problemática habitacional no estado da Bahia devemos inicialmente considerar algumas características da questão habitacional no contexto do Brasil.

O déficit habitacional é um antigo problema mundial. No Brasil a ausência de uma política de financiamento, ao contrário do ocorrido em outros países, nos quais sempre houve uma preocupação com a implementação de políticas de financiamento da construção, provocou a concretização de um quadro no qual a habitação tornou-se um sério problema.

Arruda (2004) *apud* Tonhá (2006, p. 57) coloca que somente no ano de 1930 o setor público executa ações relacionadas à habitação, com a construção de conjuntos habitacionais e a criação em 1946 da Fundação da Casa Popular - FCP.

Em função do acelerado processo de urbanização brasileira e da Ditadura Militar, o FCP é extinta e é instituído o Banco Nacional da Habitação - BNH. Com a intensa urbanização, entre os anos de 1940-1960 aumenta o número de assentamentos irregulares e a periferia consolida-se como local de moradia da população de baixa renda.

O BNH, no entanto, fracassa e não consegue atender as crescentes necessidades de moradia. Entre os anos de 1970 e 1980, os recursos do BNH ficaram escassos, em função do aumento da inadimplência dos mutuários, devido ao aumento constante das parcelas, fato que não era acompanhado pela política salarial; a diminuição dos recursos oriundos do FGTS, graças ao aumento do desemprego, e conseqüente retirada de fundos pelos trabalhadores que ficaram desempregados. Com a sua extinção em 1986, a execução da política habitacional passa a ser papel da Caixa Econômica Federal.

A aprovação da constituição de 1988 culmina com o surgimento de novas alternativas para o setor, criando espaços de discussão de alternativas e de soluções para a questão habitacional.

Segundo Arruda (2004, p. 07) *apud* Tonhá (2006 p. 59) na Conferência Nacional das Cidades, por exemplo, realizada em 2003, foram estabelecidos cinco pilares de sustentação: I – moradia digna como direito e vetor de inclusão social. II – função social da propriedade urbana; III – habitação como política do Estado; IV – Gestão Democrática; V – habitação articulada com a política urbana.

Nesse contexto, as comunidades começam a ter voz e as favelas passam a ser vistas não mais como algo que necessita ser removido, mas como um espaço que precisa de melhorias, passando a ser encarado como parte integrante das cidades.

O Estatuto das cidades criado em 1982 reafirma o direito de morar e os projetos elaborados a partir de 1994 passam a buscar a integração de vários fatores na efetivação de melhorias habitacionais: habitação, esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia elétrica etc. Um amplo programa habitacional é instituído pela Secretaria de Política Urbana, atualmente transformada em Ministério das Cidades, o chamado Habitar – BID.

No entanto, este tipo de “projeto integrado” passa a ser questionado e criticado a partir do momento em que se entende que não contempla um desenvolvimento urbano concreto e sustentável, já que não prepara a comunidade para conviver com o novo espaço.

Com isso, em meados da década de 1980, o Banco Mundial passa a questionar e avaliar criticamente os resultados de seus programas, que passam a ser elaborados em escala menor, com base em diagnósticos localizados. Estes, por sua vez, não obtiveram uma difusão massiva, pois dependiam de estruturas institucionais mais amplas e políticas públicas ao nível de cidades. Porém, no final desta década as políticas dos organismos internacionais passam a valorizar o processo, já que bons programas por si só não asseguram desenvolvimento urbano. A partir de então começa a ganhar ênfase a participação da comunidade e a capacitação de lideranças, buscando o estabelecimento de boas práticas que pudessem ser replicadas para escalas maiores.

A conjuntura da década de 1990, na qual as agências multilaterais ajustam o que seriam as “boas políticas” (definidas pelo Consenso de Washington, isto é, políticas macroeconômicas restritivas, liberalização do comércio internacional e dos investimentos, privatização e desregulamentação) e as “boas instituições” (basicamente aquelas existentes nos países centrais, sobretudo nos anglo-saxões, como a democracia, burocracia, o judiciário independente, a proteção aos direitos de propriedade privada e um governo empreendedor, transparente e orientado para e pelo mercado), contribui para redefinir o que é cidade e enquadrar as administrações públicas municipais em um modelo gestão gerencial ou empreendedorista. O desenvolvimento urbano na década de 1990 tem no local o seu articulador e facilitador, as políticas urbanas passam a ser concretizadas junto com uma rede de atores territoriais composta de associações, empresas, estudiosos, mídia, organizações comunitárias, entre outros.

No ano 2000, a questão urbana centra-se na busca pela construção de cidades sustentáveis, devendo as cidades perseguir quatro qualidades: habitabilidade, competitividade, boa governança e boa administração. Os governos locais passam adotar a participação e controle social na definição de políticas urbanas, graças à falência do modelo centralizado de financiamento habitacional e de infra-estrutura. Ainda assim, essas medidas não são suficientes para sanar os problemas de pobreza e déficit habitacional, surge a necessidade de promover programas com objetivos voltados para atender carências de educação básica, capacitação profissional e conscientização ambiental. Algumas experiências são bem sucedidas no Brasil neste sentido, como o Programa Ribeira Azul em Salvador e o Bairro Legal em São Paulo.

De acordo com Novara (2003) *apud* Tonhá (2006, p. 63), o Brasil está muito avançado em programas e tecnologias de recuperação de favelas, mas o problema está em passar de um programa de redução de favelas para um de diminuição da pobreza a nível macro.

Além disso, é preciso considerar que as cidades crescem e desenvolvem mediante uma lógica imposta pelo capital. Como coloca Arruda (2004, p. 01) *apud* Tonhá (2006, p. 56) “a questão habitacional carece ser resolvida na sua totalidade, integralidade: moradia, com lote, casa, infra-estrutura, preço justo”. Ainda de acordo com Arruda (2004, p. 01) *apud* Tonhá (2006, p. 56) a extensão das políticas públicas

depende da política econômica praticada em nível nacional, o que se observa é uma articulação insuficiente das políticas da habitação popular como uma estratégia de desenvolvimento econômico.

Segundo Tonhá (2006, p. 65-66), existe no Brasil uma preocupação em regularizar a questão das invasões e ocupações ilegais, o que tende a ser um aspecto positivo, porém não há uma preocupação em criar moradias para aqueles que sem uma saída ou recursos técnicos ou financeiros acabam invadindo terras para morar.

## **2.2. Algumas considerações sobre a questão habitacional na Bahia nas últimas décadas**

A exemplo do Brasil, no Estado da Bahia as edificações residenciais sempre ocorreram à margem de qualquer financiamento oficial, com produção dependente quase sempre da poupança familiar. Além disso, as ações voltadas para o desenvolvimento urbano e habitacional vinham sendo aplicadas de forma setorial e destinadas especialmente a projetos convencionais de moradia.

Na capital do Estado, o processo de criação do espaço urbano, graças ao acelerado processo de urbanização vivido a partir do ano de 1950, deu-se de maneira espontânea e desordenada, com predominância dos processos informais de criação do espaço urbano, gerando um quadro de deterioração, pois acabou ocorrendo uma utilização de sua infra-estrutura que foi além dos limites da capacidade da cidade, e o surgimento de diversos aglomerados habitacionais subnormais.

É importante considerar, segundo Bandeira (2003), que o processo de urbanização no Estado da Bahia levou, ao logo dos anos, a um crescimento considerável da população das cidades médias como Ilhéus, Itabuna, Alagoinhas, Paulo Afonso, Vitória da Conquista, Jequié, Barreiras, Feira de Santana, Camaçari, Candeias, dentre outras. Verificou-se na Bahia um processo de desruralização,

havendo então uma progressiva redução dos aglomerados com população abaixo de 5.000 habitantes, entre os anos de 1940 a 2000, e as cidades intermediárias, passaram a ter relevância na hierarquia urbana do Estado. Em 1940 a quantidade de núcleos, até 5.000 habitantes, correspondia a 93,08% do total, reduzindo-se para 40, 24% em 2000. No ano 2000, a Bahia já contava com 52 cidades centros com mais de 20.000 habitantes, contra nenhum em 1940, segundo dados do censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Essa ampliação da malha urbana do Estado criou uma necessidade crescente de investimentos em desenvolvimento urbano, voltado para a construção de unidades habitacionais e infra-estrutura urbana.

Segundo Tonhá (2006, p. 70) o déficit habitacional na Bahia, de acordo com dados do IBGE em 1995, concentrava-se entre famílias de baixa renda com até cinco salários mínimos e em especial nas famílias com renda de até dois salários mínimos, respondendo por 70,90% do déficit.

Diante disso, surgiu a necessidade de criação de um novo modelo de intervenção no espaço urbano, o que fez com que as ações nesse sentido passassem a ser potencializadas por dita participação social e desenvolvimento de atividades econômicas. Começa a ganhar ênfase no discurso oficial a idéia de que o problema habitacional não se restringe a falta de espaço físico para morar, ao número de moradias a serem construídas, ou a restauração das unidades habitacionais existentes em estado precário. A solução depende, agora de políticas sociais de caráter integrador, com objetivo de promover melhorias das condições de vida das famílias pobres, a erradicação da pobreza e da exclusão social. Com isso, nos últimos anos, o governo do Estado da Bahia vem promovendo ações do tipo integrador, intervindo na natureza física e material, como também no desenvolvimento social, envolvendo instituições locais, financiadores internacionais, instituições locais, outras organizações de desenvolvimento e de base comunitária. Buscando uma modificação do quadro de pobreza social das cidades, principalmente em áreas de ocupação informal, o Governo da Bahia, tem executado melhorias das condições de moradia, saneamento básico, e elevação da qualidade de vida da população.

No Estado da Bahia as políticas de desenvolvimento urbano são de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, órgão de

<b>1.2.3. Kit Moradia</b>	10.345		10.345
Concluído	9.955		9.955
Em Andamento	390		390
<b>2. PSH</b>	10.010		10.010
Concluído	7.078		7.078
Em Andamento	2.932		2.932
<b>3. Revitalização de Centros Históricos</b>	144		144
<b>3.1. Rememorar</b>	41		41
Concluído	41		41
<b>3.2. 7ª Etapa (Monumenta)</b>	103		103
Concluído			
Em Andamento	103		103
<b>4. Programa Habitacional do Servidor Público</b>	2.134		2.134
Comercializado	2.054		2.054
Em Comercialização	80		80
<b>5. Cores da Cidade</b>		9.025	9.025
Concluído		9.025	9.025
<b>6. Resolução 400/FGTS</b>	12.223		12.223
Concluído			
Em Andamento	12.223*		12.223
<b>7. Outras Obras</b>	1.488		1.488
Em Andamento	1.488		1.488
<b>Total</b>	<b>43.734</b>	<b>74.130</b>	<b>160.032</b>

Fonte: Bahia. Seplan, 2003-2005, p. 90.

A SEDUR tem promovido e executado ações significativas na área de habitação e construção de melhorias habitacionais, bem como infra-estrutura urbana. Vários programas e projetos promovidos pelo governo do Estado têm tido uma importância significativa na resolução de problemas vinculados a questão urbana e habitacional na Bahia. Podemos citar o Projeto Ribeiro Azul, realizado na região dos Alagados em Salvador, a qual destina-se a erradicação das palafitas, bem como promove ações de caráter integrado, contemplando ações as esferas sociais, econômicas e ambientais, como por exemplo, a realização cursos profissionalizantes e a regularização fundiária, com ações voltadas para o domínio da terra pelos seus moradores. A tabela 01 apresenta os principais programas do Governo na Bahia, no momento atual.

Os programas mencionados na tabela acima não se resumem mais a construção de unidades, de moradias, abrangendo vários aspectos, que vão desde a recuperação das fachadas, com a pintura e o revestimento, além de melhorias elétricas e hidro-sanitárias em moradias localizadas em áreas informais, como é o caso do Programa Cores da Cidade, ao oferecimento de cursos de capacitação

profissionalizados, a exemplo do Projeto Ribeira Azul, vinculado ao Programa Viver Melhor, na região dos Alagados, em Salvador, com intervenção urbanística e sócio-ambiental.

### **2.3 O papel da URBIS e a construção de Conjuntos habitacionais na Bahia**

A URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia S/A, é uma sociedade de economia mista vinculada a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, constituída por tempo indeterminado, pela lei nº 2.114 de 04/01/1965, com o intuito de executar a política habitacional na Bahia.

As principais funções da URBIS quando criada eram:

1. Estudar as questões relativas à habitação popular e ao planejamento e à execução das soluções observada a política de desenvolvimento econômico e seus diversos programas.
2. Formular, coordenar e executar o plano estadual de habitação e seus diversos sub programas.
3. Promover a urbanização de áreas habitacionais carentes de infra - estrutura básica e propiciar a ocupação de vazios urbanos destinados à implantação de assentamentos residenciais de interesse social, particularmente àqueles voltados a população de baixa renda.

A sigla da URBIS tem origem no latim e quer dizer cidade. O primeiro conjunto habitacional construído pela empresa foi o conjunto Sete de Abril com 500 unidades habitacionais no padrão 02 quartos, em setembro de 1967. O último conjunto financiado foi o Vila Serrano, em Vitória da Conquista em 1990. A maior aglomeração de mutuários da URBIS está em Cajazeiras, em Salvador, onde existem 21.984 imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH. O conjunto habitacional mais distante da capital está em Santa Rita de Cássia.

A empresa atuou na área de habitação durante três décadas na Bahia, oferecendo uma relevante contribuição para o processo de expansão urbana tanto da capital do Estado quanto de cidades do interior. Por meio do trabalho da URBIS

foram construídos vários conjuntos habitacionais destinados a famílias com até três salários mínimos, a exemplo dos Complexos Cajazeiras/Fazenda Grande, hoje com mais de 300 mil habitantes na capital do Estado, e do cinturão habitacional que envolve Feira de Santana e que abriga quase 100 mil dos 400 mil habitantes desse município. Foi responsável pela construção de mais de 100 mil unidades habitacionais, entre casas, apartamentos, embriões e lotes urbanizados espalhados por toda a Bahia.

Durante o período de sua atuação no setor habitacional no Estado a URBIS incorporou vários órgãos públicos ligados a área de habitação e/ou desenvolvimento urbano na Bahia. Nos anos de 1960 incorporou a Companhia de Urbanização de Salvador e a Cohab-Salvador, ambas vinculadas ao poder municipal. Em 1979, reúne a Companhia de Desenvolvimento Urbano (CEDERB). Em 1987 une-se a Habitação Melhoramentos (HAMESA), uma empresa de economia mista criada com o nome de Melhoramentos S/A em 1973, para cuidar da urbanização da invasão dos Alagados e mais tarde de outras áreas de invasão da capital do Estado.

Na década de 1980 a URBIS chega a ser a segunda maior captadora de recursos do país, de acordo com relatório de atividades divulgado pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). Nos anos 1990, vincula-se a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, diferenciando a sua área de atuação, passando então a firmar convênios com prefeituras para construção de equipamentos comunitários, como mercados, creches, abatedouros, e a realizar obras de urbanização. Em 1996, é executado o programa Viver Melhor, com recursos do FGTS e do Orçamento da União (OGU), com a contrapartida do Governo do Estado.

Apenas a título de ilustração segue no quadro abaixo com alguns dados sobre quantidades de mutuários e de conjuntos habitacionais pela URBIS na capital e do interior da Bahia:

No caso específico de Jacobina, a URBIS atuou na construção de três conjuntos habitacionais: Jacobina I, ou Loteamento Ernestino Alves Pires, com 100 unidades; Jacobina II, com 100 lotes e 300 casas, e Jacobina III, com 400

**Quadro 01:** Quantitativo de Mutuários e Conjuntos Habitacionais da Urbis


DADOS	TOTAL
Cidades com conjuntos habitacionais da Urbis	67
Total de Mutuários	91.282
Quantidade de Conjuntos	220
Mutuários na Capital	40.225
Mutuários no Interior	51.057
Quantidade de Conjuntos na capital	76
Quantidade de Conjuntos no Interior	144

Fonte: [www.urbis.ba.gov.br](http://www.urbis.ba.gov.br), 2006.

unidades. Segundo entrevista com a ex-assistente social da URBIS na cidade de Jacobina, Mariá Gonçalves da Cruz Moura, na época de construção dos conjuntos, o critério estabelecido para a seleção dos moradores era por meio de sorteio, a família deveria realizar uma inscrição e depois participaria de um sorteio. No entanto em conversa com alguns moradores do conjunto habitacional Jacobina III, especialmente aqueles que residem nas unidades habitacionais desde a época da entrega das mesmas, bem como com a própria assistente social da URBIS, foi possível constatar que o poder público local utilizou como método o “apadrinhamento”, beneficiando pessoas ligadas a vereadores e funcionários da prefeitura. Em entrevista um dos moradores relatou que muitas pessoas, até mesmo comerciantes do município, adquiriram de duas a três casas, visando uma futura comercialização. Foi possível constatar ainda que muitas das casas já passaram por vários donos. Isso evidencia a negligência e ausência de fiscalização por parte do poder público estadual e da própria URBIS, no momento de execução de políticas habitacionais. Sobre isso a Sra Mariá Gonçalves nos relatou o seguinte:

“Infelizmente sempre há padrinhos, né...até hoje ainda existe...no dia das inscrições, eles já tinham as pessoas a quem as casas estavam destinadas, fugiam completamente as normas estabelecidas pelo sistema...é uma injustiça social muito grande, muitas pessoas que tinham casas, até que alugavam casas, receberam uma casa”. (MARIÁ GONÇALVES DA CRUZ MOURA, ex-assistente social da URBIS, 2006)

Atualmente a URBIS se encontra em processo de liquidação desde 30 de dezembro de 1998, através da Lei nº 7.435, buscando administrar os 91.282 contratos financiados e encontrar mecanismos para reduzir a inadimplência e aumentar a arrecadação da empresa. Uma das medidas foi a execução da Lei da Anistia nº 8.209, de 20 de março de 2002, através da qual foram quitados débitos referentes aos contratos de financiamentos para aquisição de imóveis residenciais de famílias de baixa renda e concedida remissão de débitos a adquirentes de unidades residenciais comercializadas pela URBIS. As atribuições da URBIS foram repassadas a CONDER, empresa que executa a política habitacional na Bahia, no momento atual e apresentada no tópico anterior.

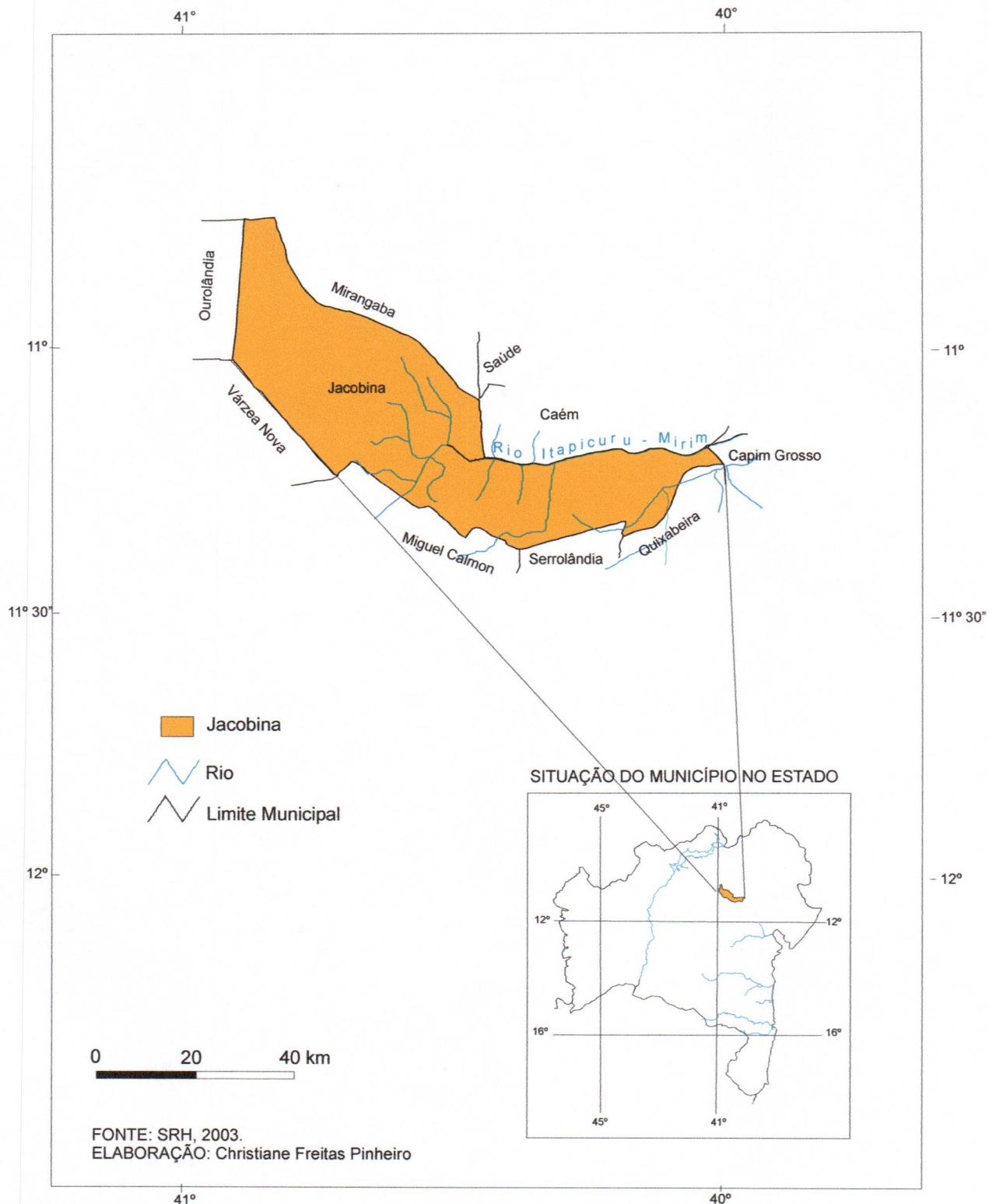


## CONJUNTO HABITACIONAL JACOBINA III: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE VIVÊNCIA DOS MORADORES E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA

### 3.1. Localização e caracterização da área de estudo

O município de Jacobina está situado no nordeste do estado da Bahia, estando totalmente incluído no Polígono das secas. No entanto, foge aos padrões rotineiros, o que pode ser observado, inclusive em sua topografia, pois se encontra localizado na microrregião homogênea do Piemonte da Chapada Diamantina, entre serras e desfiladeiros. A caatinga é a vegetação típica da região, porém se encontra formações vegetais que vão desde aos Campos Rupestres a Florestas de Galeria, nos vales mais estreitos e úmidos. A cidade limita-se ao norte com Mirangaba, Saúde e Caém, ao sul com Várzea Nova e Miguel Calmon, a leste com Serrolândia, Capim Grosso e Quixabeira e oeste com Ourolândia. A sede do município possui uma altitude de 470, 433 m e está compreendida nas coordenadas geográficas 11° 11' 8 " latitude sul e 40° 28' longitude w Gr. O percurso entre a sede do município e a capital do estado é de 300 Km.

Os primeiros habitantes de Jacobina foram os índios Payayás, que pertenciam ao tronco dos Cariris e ocupavam o vale do Paraguaçu setentrional, principalmente a Serra do Orobó. Eles espalhavam-se por toda a Chapada Diamantina e Piemonte, misturados com outras tribos. No século XVII, chegaram à região os primeiros bandeirantes paulistas e portugueses. Esses bandeirantes desbravavam os sertões brasileiros em busca de metais preciosos e realizando a implantação de "currais". Descobriram onde hoje é a cidade de Jacobina, ouro, prata, pedras preciosas e salitre. Com a riqueza fácil, começou a corrida de aventureiros em busca de ouro, reunindo assim, uma população bastante heterogênea. Foi então, que em 1720, o rei Dom João V ordenou a criação da vila de Santo Antônio de Jacobina, para controlar a mineração clandestina, até então. Em 1726 foi criada uma das primeiras casas de fundição de moedas de ouro no Brasil e em 1880 a vila chegou à categoria de cidade.



**Figura 01:** Localização do município de Jacobina  
 Fonte: Pinheiro, 2004, p. 56.

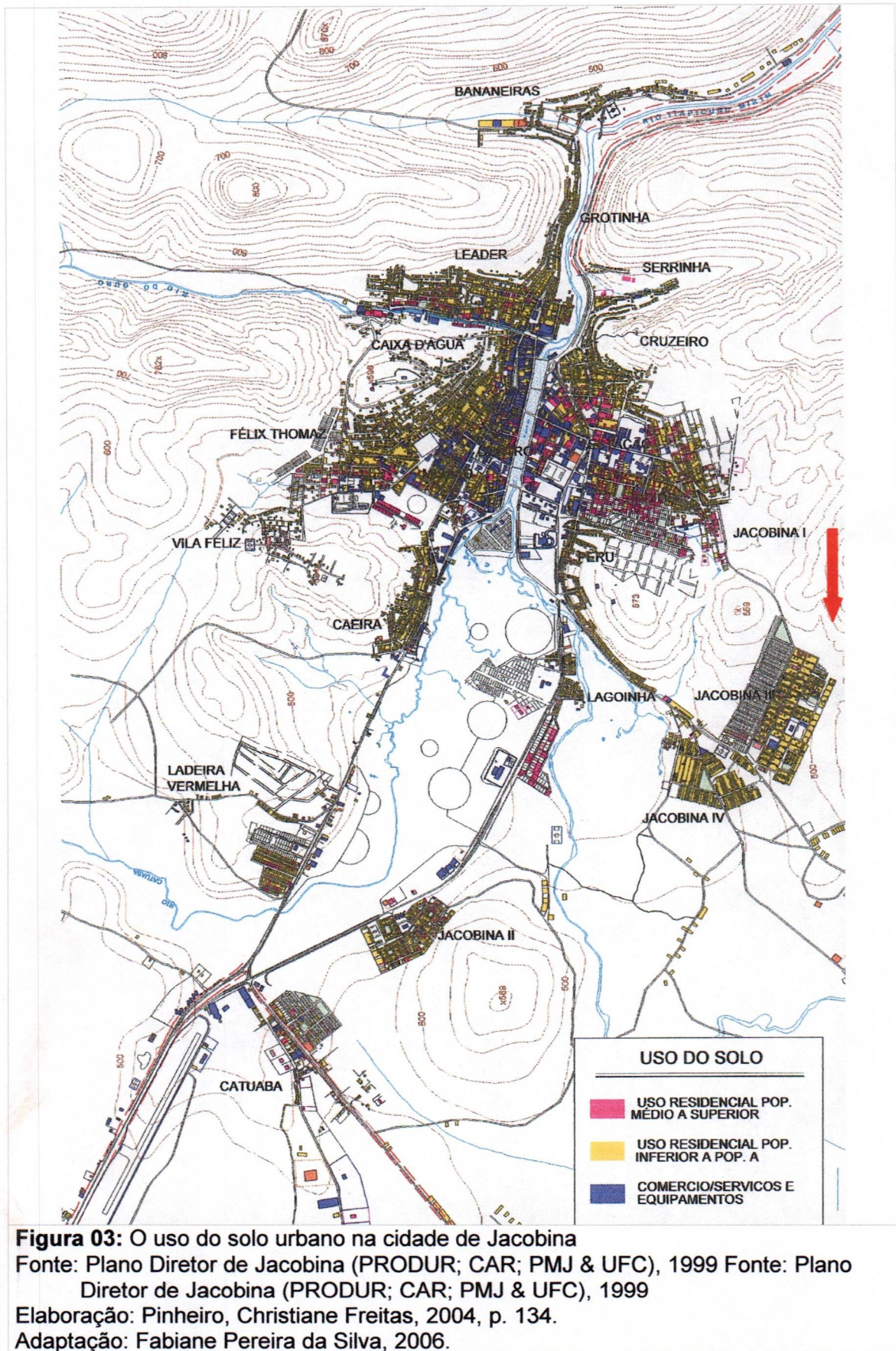
O Conjunto Habitacional Jacobina III (Figura 02) está na periferia urbana da cidade de Jacobina, situado a leste do Centro. Corresponde a 120.000.000 m<sup>2</sup>,

limita-se ao norte com a estrada Jacobina/Itapicuru, ao sul com as terras do Sr. Paulo Orlando Carneiro Sampaio, a oeste com as terras do Sr. Gilberto Dias de Miranda, e a leste com o Bairro Alexandre Sinfrônio.



**Figura 02:** Vista do Conjunto Habitacional Jacobina III, e do bairro Alexandre Sinfrônio.  
Foto: Sidvan dos Reis, 2005.

Na Figura 03, é possível verificar a localização do conjunto habitacional Jacobina III, bem como a partir da observação da legenda constatar que a população residente é predominantemente de baixa renda, classificada como inferior.



O conjunto dispõe hoje de transporte coletivo, prestado pela Hila Transportes LTDA e algumas empresas de moto táxi, conta ainda com um Posto de Saúde inaugurado em 05/10/1998; uma Creche, que funciona no prédio da antiga Escola Professora Maria Telma Rocha, construído junto com as habitações, que atendia alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental; o Colégio Luiz Alberto Dourado de Carvalho, da 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental, sendo que atualmente para cursarem o Ensino Médio os alunos se deslocam para outras áreas da cidade; um Posto Policial, mantido pela Associação Comunitária e pela Jacobina Mineração Comércio S/A; uma quadra poliesportiva, situada ao lado do Colégio.

### **3.2.1. Aspectos físicos**

O conjunto habitacional Jacobina III foi construído em uma área que antes era uma propriedade rural, denominada Fazenda Tabajara, de propriedade do Sr. Paulo Orlando Carneiro Sampaio, com 34 hectares, 84 ares, e 80 centiares, o que corresponde a 120.000 metros quadrados.

A área onde está situado o conjunto habitacional, na periferia da sede do município de Jacobina, apresenta as seguintes características naturais: A pluviosidade sofre influência da presença da Serra de Jacobina, conforme Pinheiro (2004), apresentando índices elevados que ficam geralmente acima de 850 mm anuais, com um desvio padrão de 380 a 400 mm anuais. Ainda analisando os estudos de Pinheiro (2004), o conjunto situa-se na unidade geomorfológica denominada pela autora de Serra de Jacobina, onde há uma predominância de rochas resistentes ao intemperismo e a erosão como os quartzitos do Complexo Itapicuru e do Grupo Jacobina. Em relação à vegetação, de acordo com os estudos de Pinheiro (2004), a área do conjunto está localizada em uma região de Contato entre uma Floresta Estacional Semi-Decidual e Floresta Ombrófila Densa, uma vegetação mais densa, em função do solo e das condições pluviométricas.

Hoje o que se observa é que essa vegetação já está muito degradada pela ação antrópica com a expansão urbana na área. Nos morros situados ao redor do conjunto, a vegetação nativa deu lugar a agricultura e também serve de pastagens para alguns animais.

### 3.2.2. Aspectos socioeconômicos

O conjunto habitacional Jacobina III possui cerca de 1300 pessoas, com base em dados da Associação de Moradores da Jacobina III, Alexandre Sinfrônio e Morada do Sol e foi construído, teoricamente, para atender a famílias de baixa renda.

Foram consultados trinta moradores, sendo vinte e seis mulheres (86,7%) e quatro homens (13,3%). Essa diferença aconteceu especialmente em função dos horários em que as entrevistas foram realizadas, ou seja, durante o dia e também em dias úteis, momentos em que os homens não se encontravam em casa. Os homens entrevistados são exceções, sendo dois aposentados, um trabalhador autônomo, proprietário de uma pequena barbearia em sua casa, e o outro está desempregado.

Com base nas entrevistas realizadas foi possível concluir que grande parte das pessoas que habitam o conjunto não chegaram a concluir o primeiro grau (33,3%), poucas pessoas têm segundo grau completo (17%) e nível superior (10%). A escolaridade do restante dos entrevistados apresenta uma variação nas seguintes situações: alfabetizado (6,7%); não-alfabetizado (6,7%); primeiro grau completo (10%); segundo grau incompleto (13,3%) e nível superior incompleto, ou seja, que ainda estão cursando uma faculdade (3%). Tal fato contribui para a existência de um grande índice de desemprego, levando essas famílias a exercerem atividades informais e mal remuneradas. Nas famílias entrevistadas, percebemos que existe um equilíbrio com relação ao exercício de alguma atividade remunerada pelos integrantes da mesma, em algumas casas apenas a esposa trabalha, em outras o esposo e algum filho ou o casal. A renda mensal dessas famílias fica estimulada principalmente na faixa de um a três salários mínimos, conforme gráfico abaixo:

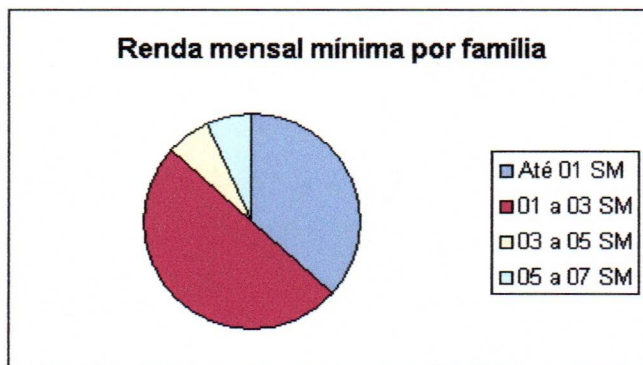
### **3.2.2. Aspectos socioeconômicos**

O conjunto habitacional Jacobina III possui cerca de 1300 pessoas, com base em dados da Associação de Moradores da Jacobina III, Alexandre Sinfrônio e Morada do Sol e foi construído, teoricamente, para atender a famílias de baixa renda.

Foram consultados trinta moradores, sendo vinte e seis mulheres (86,7%) e quatro homens (13,3%). Essa diferença aconteceu especialmente em função dos horários em que as entrevistas foram realizadas, ou seja, durante o dia e também em dias úteis, momentos em que os homens não se encontravam em casa. Os homens entrevistados são exceções, sendo dois aposentados, um trabalhador autônomo, proprietário de uma pequena barbearia em sua casa, e o outro está desempregado.

Com base nas entrevistas realizadas foi possível concluir que grande parte das pessoas que habitam o conjunto não chegaram a concluir o primeiro grau (33,3%), poucas pessoas têm segundo grau completo (17%) e nível superior (10%). A escolaridade do restante dos entrevistados apresenta uma variação nas seguintes situações: alfabetizado (6,7%); não-alfabetizado (6,7%); primeiro grau completo (10%); segundo grau incompleto (13,3%) e nível superior incompleto, ou seja, que ainda estão cursando uma faculdade (3%). Tal fato contribui para a existência de um grande índice de desemprego, levando essas famílias a exercerem atividades informais e mal remuneradas. Nas famílias entrevistadas, percebemos que existe um equilíbrio com relação ao exercício de alguma atividade remunerada pelos integrantes da mesma, em algumas casas apenas a esposa trabalha, em outras o esposo e algum filho ou o casal. A renda mensal dessas famílias fica estimulada principalmente na faixa de um a três salários mínimos, conforme gráfico abaixo:

É importante ressaltar que, essas pessoas necessitam se deslocar diariamente para outros bairros da cidade, seja para trabalhar ou para suprir certas necessidades básicas do dia-a-dia, como comprar materiais de consumo, ou buscar assistência médica, já que o conjunto oferece esse tipo de serviço, mas ainda de forma limitada, pois conta apenas com um Posto de Saúde, com atendimento diário, que atende também a outros bairros vizinhos, como a Jacobina IV, Alexandre Sinfrônio, Loteamento Morada do Sol, Lagoinha, e Pontilhão de Canavieiras.



**Figura 04:** Renda Mensal familiar da população do Conjunto.

Fonte: Famílias Entrevistadas  
Elaboração: Fabiane Pereira, 2006.



**Figura 05:** Posto de Medicamentos Reis  
Foto: Regiane Oliveira, 2006



**Figura 06:** Lan House da Sara  
Foto: Regiane Oliveira, 2006

Nos últimos anos, o conjunto habitacional Jacobina III, juntamente com o seu vizinho o bairro Alexandre Sinfrônio, vêm alcançado um certo dinamismo comercial, graças ao surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, como posto de medicamento (Figura 05), Lan House (Figura 06), vídeo locadoras (Figura 07), sorveterias, mercadinhos (Figura 08), loja de material de construção, armarinho, papelaria, loja de variedades, academia, bem como barracas de cachorro-quente, pastel, acarajé, nos finais de semana. Essas atividades constituem formas encontradas pelos moradores do conjunto para suprir necessidades básicas do dia-a-dia, revelando estratégias de sobrevivência, perante o desemprego. É importante salientar que essas atividades são em sua maioria

informais. Sendo assim, contribuem para gerar emprego, porém os empregadores geralmente pagam menos de um salário mínimo e não assinam a carteira de trabalho dos funcionários.



**Figura 07:** Vídeo Locadora do Amiguinho  
Foto: Regiane Oliveira, 2006



**Figura 08:** Mercadinho Estrela  
Foto: Regiane Oliveira, 2006

Nas imediações do conjunto foi construído um galpão pelo governo do Estado com o intuito de instalar uma fábrica de calçados. No início dos anos 2000, o galpão foi cedido a empresa Free Way Artefatos de Couro LTDA (Figura 09), que passou a produzir calçados gerando empregos diretos e indiretos. No entanto, os trabalhadores da



**Figura 09:** Fábrica de Calçados e Artefatos de Couro Free Way  
Foto: Regiane Oliveira, 2006.

fábrica residem em sua maioria em outros bairros da cidade. Dentre estes poucos operários moram nos bairros próximos como é o caso do conjunto, e dos bairros Alexandre Sinfrônio, Morada do Sol, Lagoinha e Jacobina IV. Em função do desemprego existente nessa área da cidade e da distância do Centro, bem como das dificuldades de transporte que essas pessoas enfrentam, o poder público municipal, juntamente com a empresa, poderiam ter priorizado os moradores dos bairros em uma política de geração de empregos.

Mesmo com a existência de um comércio relativamente variado no conjunto, de acordo com as entrevistas realizadas, os moradores ainda preferem dirigir-se ao centro comercial da cidade para fazer compras, alegando haver uma maior diversidade de produtos e preços mais acessíveis. Ao serem perguntados se encontram tudo o que necessitam no conjunto habitacional, 70% dos entrevistados disseram que não.

Todos esses aspectos evidenciados nos permitem afirmar que o conjunto habitacional Jacobina III é um espaço de luta, no qual os moradores desde a sua criação estão em busca de melhores condições de sobrevivência, reivindicando por meio da Associação de Moradores serviços essenciais que antes não eram oferecidos.

### **3.3. O cotidiano e o estilo de vida dos moradores**

O conjunto situa-se em uma área periférica da cidade de Jacobina, fato que desde a sua criação estabeleceu a necessidade de existência de um transporte coletivo. Segundo informações dos primeiros moradores do conjunto, logo que foi construído o conjunto habitacional não contava com sistema de transporte coletivo, para se deslocar até o Centro da cidade, as pessoas utilizavam o transporte feito por perueiros, que não era suficiente para atender as demandas do conjunto. Alguns anos após a construção do conjunto, a empresa Asa Norte, começou a prestar o serviço de transporte coletivo (Figura 10), segundo informações dos moradores do conjunto, na época em que iniciou as atividades, a empresa oferecia um bom serviço, com ônibus circulando a cada quinze minutos e com preço da tarifa acessível a todos. No entanto, com o passar do tempo, a empresa Asa Norte passou a enfrentar a concorrência dos moto-taxistas (Figura 11), devido à proliferação de pequenas empresas que prestavam esse tipo de serviço no conjunto habitacional e na cidade de Jacobina como um todo. Essa concorrência levou a Asa Norte a encerrar as suas atividades na cidade. Em função das reivindicações de alguns moradores de bairros periféricos da cidade, a prefeitura municipal firmou convênio com outra empresa de transportes coletivos, a Hila Transportes (Figura 10). No

entanto essa empresa continua enfrentando a concorrência dos moto-taxistas que acabam tendo a preferência dos moradores, por prestar um serviço mais rápido, embora seja 25% mais caro do que a tarifa do ônibus, que circula apenas a cada uma hora, além disso as vinte e uma horas encerra suas atividades. É importante ressaltar que, a ineficiência do transporte coletivo no conjunto habitacional acaba por limitar o deslocamento, provocando imobilidade dos moradores do bairro para outras áreas da cidade, especialmente à noite, e nos finais de semana, quando saem em busca de lazer em outros pontos da cidade. Em entrevistas, alguns moradores revelaram a sua insatisfação com o transporte coletivo no conjunto: "...o transporte coletivo mudou muito de uns tempos pra cá, eram dois ônibus e agora só tem um, necessita de mais um transporte coletivo..." (MOR<sup>2</sup> 01), afirmou uma moradora entrevistada quando questionada a cerca das necessidades do conjunto.



**Figura 10:** Transporte coletivo urbano  
Foto: Sidvan dos Reis, 2005.



**Figura 11:** Moto-taxistas, uma alternativa de transportes aos moradores do conjunto  
Foto: Sidvan os Reis, 2005

Almeida (2003), ao tratar do processo de periferização e do uso do território brasileiro no atual período histórico, faz o seguinte comentário sobre a ineficiência do transporte coletivo no Brasil:

As péssimas condições dos transportes coletivos oneram ainda mais os exíguos ganhos dos moradores das periferias, que dependem quase sempre exclusivamente desses meios de transporte. As grandes distâncias percorridas diariamente, somadas aos preços elevados das passagens, bem como à péssima qualidade dos serviços prestados, devido a própria ausência de fiscalização do poder público, são elementos que se conjugam para piorar a qualidade de vida dos moradores e criar uma imobilidade relativa das populações que aí vivem. O território, assim fragmentado aprisiona e empobrece ainda mais as condições de vida de seus habitantes, agravadas pela falta dos serviços públicos, de lazer e de trabalho (ALMEIDA, 2003, p. 235).

<sup>2</sup> MOR: Utilizamos a sigla MOR para identificar os moradores entrevistados no presente estudo

Dessa forma, acaba limitando as possibilidades de deslocamento para outras áreas da cidade, e também demonstra a ausência do poder público local na gestão do transporte público no município, no sentido de planejá-lo, para que melhor atenda as exigências da população, a ineficácia dos sistemas de transporte coletivo contribui para degradar ainda mais as condições de vida dos moradores do conjunto.

No contexto do conjunto habitacional Jacobina III, existe uma nítida limitação em opções de lazer, o que se revela na ausência de praças e de outras opções como lanchonetes, pizzarias, clubes, etc. No projeto e na planta de elaboração do conjunto, alguns espaços estavam destinados a construção de praças e áreas de lazer, porém o que foi proposto nos documentos não se tornou realidade, o que existe nos locais destinados as praças são apenas espaços vazios (Figuras 12 e 13), sem uso definido, nos quais os moradores depositam lixo, e em função do descaso do poder público o mato acaba tomando conta destas áreas, em muitos momentos.



**Figuras 12:** Espaços vazios destinados à construção de praças  
Foto: Eugênio J. Santos, 2006



**Figuras 13:** Espaços vazios destinados à construção de praças  
Foto: Eugênio J. Santos, 2006

Segundo os moradores e a própria Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais Jacobina III, Alexandre Sinfrônio e Morada do Sol, criada em 24/08/1988, sempre foram feitas muitas reivindicações ao poder público, para que fossem construídas praças recreativas no conjunto, porém ficaram apenas promessas. A presidente da Associação, Maria do Socorro Magalhães da Silva Teixeira, em entrevista nos relatou o seguinte:

“Uma das reivindicações dos moradores é a questão de áreas de lazer, das praças, a gente tem vários espaços, mas infelizmente, eles não fazem...no início da gestão de Rui ele chegou pra mim e disse: “e aí Socorro, qual é a praça que você vai querer, a sua ou outras? eu disse, pra não criar aquela coisa, ah! porque Socorro mora lá...eu prefiro que o Senhor faça logo as

daqui, a o 'Pendão' a da 'Igreja', aí ele disse, 'então vamos fazer' e até hoje nada (Presidente da Associação de Moradores, 2006)".

Esse quadro provoca a insatisfação dos habitantes, que reclamam do descaso do poder público com relação a essa questão das praças. Ao serem questionados sobre as opções de lazer oferecidas pelo conjunto, alguns moradores afirmaram o seguinte:

"Nenhuma que eu conheço, porque aqui não tem... como antes tinha esse 'Quinze', não funciona mais, aqui não tem nada, não tem um lugar assim pra você... parque, se tivesse um parque, né? como tem nas outras cidades, um parquinho pras mães levar os filhos pra passar o dia, com piscina, então um campo de jogos, tem aquela quadra lá em baixo, mas eu acho muito pequena pra atender" (MOR 1)<sup>1</sup>.

"Eu acho assim que aqui tem muito espaço, nesses espaços ai das praças, o lugar que diz que vai ser praça... espaços vazios, devia fazer alguma coisa, um jardim muito bem arrumado, né, com bancos, onde famílias possam se distrair um dia de domingo, as famílias sentar até mesmo pra conversar, e isso não tem né? Eu acho que falta muita coisa, mas a coisa que eu acho essencial é da um jeito nessas praças (MOR 2)".

A carência de opções de lazer no conjunto leva as pessoas a buscarem outras alternativas, isso para aquelas que detém um certo poder aquisitivo, que são assalariados, e podem sair ocasionalmente para outras áreas da cidade, como a praça da Missão, por exemplo. As outras pessoas ficam confinadas no espaço do conjunto, de sua rua basicamente, e passam muitas vezes, as tardes sentadas na calçadas conversando com os vizinhos, outros vão as Igrejas, tanto a Católica, quanto as Igrejas Evangélicas. Martins (2001), em seu estudo sobre as transformações ocorridas no âmbito do conjunto habitacional Jereissati, em Fortaleza, Ceará, coloca que:

Com efeito, a apropriação das ruas pelos seus moradores como lugar possível de uma sociabilidade interdita é indicação da ausência de uma praça, ponto de encontro no conjunto, de um espaço onde as pessoas possam se encontrar e se relacionar entre si. Mais que isso, essa forma, de apropriação é reveladora de que os próprios espaços públicos, como as ruas, foram concebidos sobre o primado do funcionamento do fluxo, totalmente descompromissada com a fruição (MARTINS, 2001, p. 170).

Segundo os entrevistados, a única alternativa de lazer, existente no conjunto são os bares, que somam um total de aproximadamente trinta pequenos estabelecimentos espalhados pelo conjunto, e também pelo bairro Alexandre

Sinfrônio, mas que não satisfazem as necessidades de diversão de todas as pessoas, já que nem todos gostam de freqüentar bares. Esses bares são mais freqüentados pelos jovens e adolescentes do conjunto, e também por outras pessoas que se dirigem do Centro da cidade e do bairro Alexandre Sinfrônio, vizinho e prolongamento do conjunto. Em função dessa falta de outras opções de lazer e da ausência de um programa social voltado para o oferecimento de cursos profissionalizantes, ou incentivo a prática de esportes para os jovens, o conjunto possui um dos maiores índices de menores de idade ingerindo bebida alcoólica e drogas ilícitas da cidade de Jacobina, segundo informações obtidas no Ministério Público.

Em resposta a um questionário específico para os jovens sobre a questão do lazer, dos dez entrevistados, seis responderam que não existem opções de lazer no conjunto, e quando questionados sobre a maneira como costumam se divertir a maioria respondeu que costuma ir a outros lugares, ou a igreja, e outros preferem ficar em casa vendo televisão etc. Além disso, o que os jovens mais anseiam é a construção de uma praça.

Como conseqüência dessa deficiência de opções de lazer no contexto do conjunto habitacional Jacobina III, os espaços públicos, avenidas, calçadas, acabaram ganhando novas funções (Figuras 14 e 15). As crianças e adolescentes acabam transformando as ruas e avenidas principais em campos de futebol, e espaço para as suas brincadeiras. Tal fato acaba muitas vezes gerando atritos entre os vizinhos, como deixou claro em sua fala uma das pessoas entrevistadas:

[...] ainda essa semana mesmo, o pessoal, uma senhora se abusou com uns meninos jogando bola no meio da rua, a bola caiu em cima da casa dela, e ela não gostou e foi lá falar com Socorro, pra Socorro falar pra vim tirar os meninos da rua, né? Se tivesse um lugar pra esses meninos brincar, todo dia de tardezinha, isso não acontecia não. E praça tem ai pra fazer, espaço, praça não tem (MOR 3).

A inexistência de um espaço para que os jovens possam se reunir, um ponto de encontro da moçada, faz com que eles acabem utilizando as calçadas, as esquinas, às ruas e até mesmo a própria casa para se encontrarem com os amigos, conversar e beber.



**Figuras 14:** Jovens reunidos em frente à Igreja Católica, em função da ausência de uma praça, um espaço de sociabilidade.  
Foto: Fabiane Pereira, 2006.



**Figura 15:** Moradores do conjunto sentados nas calçadas  
Foto: Fabiane Pereira, 2006.

A ausência de um clube, um espaço para a realização de festas e eventos leva a uma transformação das próprias avenidas do conjunto em palcos de festas nos finais de semana. Além disso, existem algumas festas que já estão tornando-se tradição no conjunto como é o caso da Mica III, uma espécie de carnaval fora de época promovido pela Associação de Moradores todos os anos, atraindo pessoas de outros pontos da cidade, trazendo lucro para vendedores ambulantes e barraqueiros. Há ainda realização de quermesses juninas, festa de padroeiro, jogos recreativos, feijoadas entre outros. Diante dessa ausência de opções de lazer, os moradores criam as suas próprias estratégias de diversão. Martins (2001), caracteriza muito bem esse fato na realidade do conjunto habitacional Jereissati:

É interessante salientar como os moradores acabam se apropriando desse espaço de forma diferente da que foi orientada pelas determinações prescritas pelo projeto. Com isso, ou seja, rompendo com tais determinações, as ruas do conjunto, constituídas para serem lugar de passagem, do fluxo, também são apropriadas pelas crianças, que nelas encontram o lugar de suas brincadeiras, como jogo de bola, empinar pipa...Nos finais de tarde, as ruas também constituem-se num lugar de sociabilidade, dos bêbados, das donas-de-casa que saem às suas calçadas para porem-se a conversar com seus vizinhos...(MARTINS, 2001, p. 169/170)

Diante disso, fica evidente que os próprios sujeitos transformam a realidade do conjunto a partir de suas necessidades e da construção de suas vidas, dando vida àqueles espaços vazios e atribuindo novas funções às ruas e avenidas.

Todas essas implicações da privação de áreas de lazer aos moradores do conjunto, revelam a falta de um planejamento integrador, que atendesse a todas as

necessidades dos moradores, e não só a de ter uma moradia, ou mesmo da execução na prática do que estava previsto no projeto e na planta do conjunto (que aparece nos anexos deste trabalho). Um planejamento onde não ocorre a participação efetiva dos moradores, sendo feita apenas uma simulação de discussões envolvendo a população, acaba criando um planejamento que privilegia apenas a forma, e não o conteúdo do conjunto, os moradores. Sendo assim, um planejamento de ações envolvendo pessoas exige a participação efetiva destas nas discussões, e na busca de melhorias para o conjunto, já que ali irá se construir uma realidade própria de vida, uma história. Vale salientar, ainda que, muitas pessoas por serem pobres e por terem uma baixa escolaridade acabam sendo vítimas da ideologia de que são incapazes de participar e de tomar decisões, e por isso deixam as determinações a cargo do poder público. Além disso, muitos desconhecem os seus direitos, e vêem o fato de estarem recebendo uma casa como um favor prestado pelo Estado, sendo que a moradia digna é um direito constitucional de todos os brasileiros.

Os moradores do conjunto habitacional Jacobina III sofrem até hoje com o estereótipo de lugar violento que o mesmo adquiriu nos últimos anos, devido aos constantes casos de furtos e homicídios. Hoje esse quadro está aos poucos se revertendo, graças principalmente a presença de um Posto da Polícia Militar, criado na primeira metade do ano de 2004, mantido pela Associação Comunitária e pela Jacobina Mineração e Comércio S/A. A partir do depoimento de alguns moradores, com o posto policial os índices de violência diminuíram consideravelmente, proporcionando-lhes mais segurança e conseqüentemente mais liberdade para sair à noite pelas ruas e até mesmo sentar nas calçadas nas noites de muito calor.

#### **3.4. A atuação do poder público municipal e de lideranças locais no contexto do conjunto habitacional Jacobina III**

O conjunto habitacional Jacobina III, desde a sua criação sempre foi vítima da negligência e do descaso do poder público local. Com a conclusão das unidades

habitacionais, estas foram entregues aos moradores, que ali foram morar, em um lugar com total ausência de serviços públicos e equipamentos urbanos, existindo apenas saneamento básico e esgotamento sanitário. Na época em que as casas foram entregues não existia serviços de educação, saúde, segurança, o fornecimento de água era precário, levando os moradores a depender da vinda de carros pipa, ou a carregar água de cacimbas e ou de uma pequena lagoa, formada pelo acúmulo de água da chuva, em uma área onde hoje está situada uma quadra de esportes. Não existia também serviço de transporte coletivo, e as pessoas se deslocavam para o Centro da cidade através dos perueiros que faziam o trajeto. Juntamente com as casas foi construído um prédio escolar que permaneceu fechado e fora de atividade por cerca de dois anos.

A ausência desses serviços essenciais aos moradores revela a falta de um planejamento mais abrangente que leve em consideração o público alvo e ofereça condições para que este tenha uma vida digna, afinal viver bem não se resume em possuir uma casa própria e se livrar do peso do aluguel. Logo surgem necessidades e demandas, alimentadas pelos padrões de uma sociedade de consumo, que não são atendidas em seu novo local de moradia. A esperança da nova vida no conjunto entra em conflito com as dificuldades do dia-a-dia.

Em entrevistas vários moradores se mostram insatisfeitos com a atuação do poder público municipal no conjunto habitacional. Muitos afirmam que a Jacobina III, sempre foi um local esquecido pelos governantes que passaram por este município. Dentre as principais reclamações dos moradores estão à falta de um serviço de transporte de qualidade e de preço acessível, e também a falta de equipamentos de lazer, principalmente praças recreativas. De fato, a planta do conjunto habitacional Jacobina III, possui vários espaços destinados à construção de praças, um espaço para a construção de um Centro Comunitário, quadra de esportes, posto policial, porém estes não foram construídos de imediato, levando os moradores a sofrerem as conseqüências. Em entrevistas realizadas com os moradores, ficou nítida a insatisfação dos mesmos ao serem questionados sobre

**Tabela 02:** Avaliação da atuação do poder público municipal no conjunto habitacional Jacobina III

Critério	Quantidade de pessoas
Ótima	1
Bom	3
Regular	13
Ruim	13
TOTAL	30

Elaboração: Fabiane Pereira, 2006.

a atuação do poder público na resolução de problemas existentes no conjunto, conforme a tabela 02.

É possível constatar que há uma grande insatisfação dos moradores do conjunto, apenas um dos entrevistados classifica a atuação do poder público municipal no local como “ótima”, o que demonstra o total descaso da prefeitura de Jacobina, a falta de atenção da mesma no sentido de atender as reivindicações dos habitantes do lugar.

A Associação de Moradores surgiu da necessidade dos moradores reivindicarem melhores condições de vida. Como instituição organizada, a Associação de Moradores do conjunto tem levado à prefeitura várias reivindicações, porém, como relata a atual presidente em sua fala, poucas são atendidas:

...o principal mesmo é o descaso do poder público com o bairro, né,..., isso é um obstáculo, até porque a gente tenta fazer alguma coisa mais não consegue...porque a Associação não é pra fazer obra, não é pra fazer nada,né.., a Associação é para reivindicação...a gente reivindica e tudo isso, mas infelizmente...(Presidente da Associação de Moradores, dezembro, 2006).

Além disso, nos últimos anos, a associação vem perdendo muitos associados, hoje apenas cerca de trinta pessoas contribuem mensalmente. A presidente relata que são muitas as dificuldades encontradas, as pessoas esperam que a associação resolva todos os problemas do conjunto de imediato, e como não vêem um retorno, acabam se afastando. Isso revela a falta de uma cultura participativa nas pessoas, que acabam colocando a culpa de todas as suas dificuldades na ausência do poder público, e nada fazem para reverter esse quadro. Uma das conquistas da Associação foi a instalação do 1º Pelotão da Polícia Militar (Figura 16) no conjunto em 2004, que como foi relatado no tópico anterior, contribuiu para diminuir consideravelmente os índices de violência. Alguns moradores se mostram insatisfeitos com a atuação da Associação, sendo que a grande maioria (16 das pessoas entrevistadas) classifica o trabalho da mesma nos últimos anos como razoável, afirmando que poderia ser melhor.

A partir da década de 1990, o conjunto recebeu algumas melhorias, principalmente após a construção do bairro vizinho Alexandre Sinfrônio. Em 05 de outubro 1998, foi inaugurado o Posto de Saúde, com atendimento médico e odontológico, vacinação e



**Figura 16:** Posto Policial da Polícia Militar  
Foto: Sidvan dos Reis, 2005.

coleta para exames de laboratório. Em abril de 1999, foi inaugurado o Colégio Municipal Luiz Alberto Dourado de Carvalho, com ensino fundamental (1ª a 8ª série), na antiga Escola Professora Maria Telma Rocha, que oferecia educação de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, hoje funciona uma Creche. Outra conquista foi à construção do asfalto da estrada que liga o conjunto ao Centro da cidade, uma antiga reivindicação dos moradores. Muitos moradores reclamam da ausência de atendimento médico à noite, pois em função da precariedade do transporte coletivo, muitas vezes, fica difícil se deslocar para os hospitais da cidade, pois muitos não têm condições de pagar um táxi. Um dos moradores entrevistados demonstrou sua insatisfação com a questão da saúde:

“A questão da saúde ainda deixa muito a desejar, no momento de uma necessidade, de uma emergência, a pessoa tem que se deslocar, muitas pessoas não tem condições de pagar um táxi, e aí é necessário um atendimento noturno... (MOR 08)”.

Foi possível constatar ainda, que mesmo no momento de solucionar problemas básicos, que podem ser resolvidos de imediato, o poder público local, segundo os moradores, demora muito para atender as reivindicações. A questão da iluminação pública no conjunto é um exemplo, relatado pelos moradores, eles afirmam que há uma grande demora em repor uma única lâmpada.

Diante de tudo que foi exposto, percebe-se que o conjunto habitacional Jacobina III foi e continua sendo um espaço de luta de seus habitantes por condições de vida mais digna. Sobre isso, Martins (1994), argumenta que:

Pode-se dizer que a partir da ausência e/ou da precariedade de funcionamento dos equipamentos urbanos existentes no conjunto que os

moradores iniciam suas lutas reivindicativas, desencadeando movimentos visando à melhoria da vida no conjunto (MARTINS, 1994, p. 84)

Dessa forma, o conjunto se constitui num ambiente de constante rompimento daquelas condições impostas pelo Estado, no momento em que foi concebido e planejado. A vida dos moradores, as relações ali estabelecidas, cria a necessidade tanto de romper com a homogeneização e padronização, quanto de travar lutas reivindicatórias na busca por melhorias, pois como afirma Martins (1994, p. 89), “[...] o embate continua, mesmo que a conquista da casa própria, como sonho tenha se realizado”.

#### **3.4. A nova aparência da paisagem urbana do conjunto habitacional Jacobina III**

Os conjuntos habitacionais são criados inicialmente de forma padronizada, homogênea e estática, o que se verifica no aspecto das casas, na sua aparência, na sua disposição no espaço, bem como nas ruas e nos espaços públicos. Construídos em áreas periféricas os conjuntos habitacionais, já nascem com a carência de serviços públicos, reproduzindo ali um espaço de pobreza. Essa insuficiência ou inexistência de condições essenciais de vida tende a mobilizar os moradores na busca por condições mais dignas de sobrevivência, diante da inoperância do Estado.

A paisagem monótona que se configura antes do conjunto se tornar um espaço habitado, logo se transforma, com a vinda dos moradores, que a partir do momento em que passam a habitar o conjunto, ou seja, que começam a construir uma vida naquele lugar, tendem a romper com as determinações impostas no projeto de construção, ou mesmo, buscar suprir as limitações existentes naquele espaço.

Esse rompimento se manifesta na luta dos moradores para superar limitações existentes no espaço urbano do conjunto, como a ausência de serviços públicos (saúde, educação, segurança etc.), e também na transformação de aspectos aparentemente banais, como por exemplo, a cor das casas, ampliação ou

mudança na estrutura da casa, construção de muros, cercas e canteiros na frente das casas. Com isso o espaço urbano do conjunto ganha nova aparência, configurando-se ali uma nova paisagem, que vai aos poucos adquirindo as características atribuídas pela vida que os moradores levam. MARTINS (1994), aborda a forma como se dá essa construção do espaço de vivência dos moradores ao discutir o conjunto habitacional Jereissati, em Fortaleza, Ceará:

Os moradores, ao chegarem no conjunto, na expectativa de construírem uma nova vida, buscam encontrar ali o seu lugar. Assim, ao procurar neste espaço o lugar para viver, não basta que seja apenas identificado pelo número como fora prescrito, é preciso que este espaço tenha a sua singularidade adquirida pela individualidade de cada morador, identificando cada unidade habitacional como seu lugar de vida, como sua casa (MARTINS, 1994, p. 89).

Isso revela que os moradores tornam-se agentes transformadores e construtores de seu espaço, deixando de ser meros objetos e passando a atuar como sujeitos ativos no processo de elaboração de um espaço diferente daquele prescrito e concebido no projeto, por meio de suas lutas reivindicatórias. Como confirma Martins (1994), no trecho abaixo, são enunciadas contradições entre o espaço inicialmente prescrito e espaço construído com a vinda dos moradores:

[...] a realidade dos conjuntos habitacionais traz à luz contradições que se cavam entre o espaço concebido e prescrito pelo Estado e o espaço vivido. Contradições essas evidenciadas a partir da vida que se constitui no conjunto, das lutas, muitas pela própria sobrevivência, que se desdobram no seu interior, revelando que para boa parte dos que ali se encontram, o embate continua, mesmo que a conquista da casa própria tenha se realizado (MARTINS, 1994, p. 169)

Mesmo existindo determinações expressas no e pelo projeto de construção, estas só se efetivam quando são incorporadas às relações e ao movimento da vida no conjunto, assim nada se constitui sem que os moradores façam daquele espaço prescrito o seu espaço de vivência que, na maioria das vezes implica na ruptura desse mesmo espaço prescrito, ou na subversão das prescrições impostas. Na constituição da vida no conjunto, as mais diversas formas de relações se estabelecem, de maneira que a produção e a reprodução deste espaço não se efetiva sem a participação ativa de seus moradores.

No caso específico do conjunto habitacional Jacobina III, foram construídas 400 unidades habitacionais, em alvenaria, com reboco, caiação, cobertas de telhas,

pisos de concreto, revestimento de concreto, com revestimento cimentado, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, identificadas conforme quadro abaixo:

Quadro 02: Conjunto Habitacional Jacobina III: Unidades habitacionais construídas:

Padrão	Quantidade	Área construída(m <sup>2</sup> )	Conteúdo da Unidade
EB.02-C1-31	120	28	Sala, um quarto, cozinha e sanitário.
BA-09-G.0-11	120	33	Sala, dois quartos, cozinha e sanitário.
EB. 09-G.0-12	80	12	Sala/quarto, cozinha e sanitário.
EB-01.G.0-20	80	20	Sala/quarto, cozinha e sanitário.
<b>TOTAL</b>	<b>400</b>	<b>93</b>	-

Fonte: Registro de Imóveis e Hipotecas, matrícula nº 1000, 1984.

Elaboração: Fabiane Pereira da Silva e Regiane Cruz de Oliveira, 2006

Além disso, como já foi ressaltado antes, quando as casas foram entregues aos moradores, não existia, nenhum tipo de serviço público, na época foi construída uma escola, que permaneceu fechada. Diante disso, e da distância que os separava do Centro da cidade, os moradores do conjunto, insatisfeitos com a precariedade das condições de vida no conjunto, iniciaram suas lutas reivindicatórias, criando a Associação de Moradores, que mais tarde passou a integrar os bairros Alexandre Sinfrônio e Morada do Sol. Com isso, aos poucos os moradores foram vendo algumas de suas reivindicações atendidas, a vinda do transporte coletivo, com a construção do Posto de Saúde, da Colégio Gilberto dias de Miranda, que oferece ensino fundamental, o Posto Policial. Porém, segundo os entrevistados, ainda há muita coisa a fazer pelo conjunto.

O que se observa no conjunto habitacional Jacobina III é a efetivação de uma nova paisagem completamente diversa daquela existente na época da construção das casas. Ao visualizarmos o conjunto temos a impressão de que ele forma uma única aglomeração urbana, em junção com o bairro Alexandre Sinfrônio, quando na verdade são dois bairros distintos, erguidos em épocas diferentes, mas que utilizam os mesmos serviços públicos e também o mesmo comércio, em função da proximidade.

Atualmente as residências têm uma outra aparência, praticamente todas foram ampliadas, ganharam novos cômodos, o tamanho do terreno possibilitou a ocorrência disso. Nas figuras 17 e 18, temos a imagem da mesma residência em momentos diferentes, fazendo uma comparação é possível notar que os moradores deram uma nova aparência a sua residência, construindo muro, modificando a cor da casa e ampliando os cômodos para melhor acomodar a família.



**Figura 17:** Residência antes das modificações  
Foto: Eliana Miranda, 1991.



**Figura 18:** Residência após as modificações  
Foto: Fabiane Pereira, 2006.

Aquelas residências que conservam o mesmo modelo da casa embrião (Figura 19), que são poucas, ou passaram por vários donos, ou os moradores passam por muitas dificuldades financeiras, não conseguindo guardar algum dinheiro para investir na ampliação da casa.



**Figura 19:** Residência que ainda conserva o mesmo padrão da época em que foi construída  
Foto: Regiane Oliveira, 2006.



**Figura 20:** Residência cuja casa embrião transformou-se em um verdadeiro sobrado.  
Foto: Regiane Oliveira, 2006.

Dentre os moradores entrevistados, todos fizeram algum tipo de modificação na casa, alegando que os cômodos eram pequenos e insuficientes para acomodar toda a família com o mínimo de conforto. Uma das residências chamou a atenção pela radical transformação que sofreu a sua aparência, sendo que a casa que era apenas um quarto/sala com banheiro e cozinha, se converteu em um verdadeiro sobrado (Figura 20). Tal fato demonstra mais uma vez a falta de um planejamento

que leve em consideração o público alvo, as pessoas que habitariam o conjunto. Nas unidades habitacionais do tipo EB. 09-G.0-12 e EB-01.G.0-20, construídas num total de 160, com apenas sala/quarto, cozinha e sanitário, e com 12 e 20 m<sup>2</sup> de área construída, fica impossível acomodar um família de três a quatro pessoas. Por isso, em muitos casos, o morador acabou aproveitando apenas o terreno, e construiu uma nova casa.

Tudo isso nos leva a constatar que as políticas de habitação popular no Estado da Bahia, e no Brasil, pouco levou em consideração as reais necessidades das pessoas, no sentido tanto de sanar o déficit habitacional, quanto de promover a inserção social dessas pessoas no contexto da cidade em que o conjunto foi construído. Os conjuntos habitacionais utilizados pelo Estado como caminho para resolver as crescentes demandas de habitação, graças ao intenso processo de urbanização vivido pelo Brasil a partir de 1960, com o crescimento da população das cidades e o conseqüente aumento do número de invasões e habitações informais, acabaram sendo, na verdade instrumentos de reprodução do capital das empreiteiras e incorporadoras imobiliárias, não atingindo de fato o seu objetivo de promover a difusão de uma habitação popular que assegurasse o verdadeiro direito à moradia. Assim, os conjuntos habitacionais sempre foram erguidos sem que houvesse uma preocupação com a qualidade de vida das pessoas que futuramente iriam habitá-los. Completamente desprovidos de serviços públicos, os conjuntos habitacionais são construídos de maneira dissociada da cidade, o que leva a uma constante luta dos moradores, tanto para conquistar o direito de pertencer à cidade, quanto para construir e reproduzir no espaço do conjunto os seus modos de vida.

especialmente nas grandes cidades. As políticas públicas de habitação popular surgem com alternativa para solucionar esse problema e os conjuntos habitacionais são a sua expressão mais concreta.

Os conjuntos habitacionais construídos com o objetivo de atender famílias de baixa renda, com seu aspecto padronizado e homogêneo, não conseguiram de fato atingir o verdadeiro objetivo do planejamento urbano, pois não promoveram a integração social das pessoas que ali foram morar. Desprovidos de serviços públicos e equipamentos urbanos, esses conjuntos se revelaram como espaço de lutas dos moradores por melhores condições de vida, afinal o planejamento da política habitacional não levou em consideração as reais necessidades das pessoas. Soma-se a isto o fato de que o gerenciamento dessa política habitacional feito geralmente por um órgão responsável pela habitação popular, como o caso da URBIS, na Bahia, bem como pelas prefeituras municipais das cidades nas quais o conjunto iria ser construído, acabou por beneficiar pessoas ligadas a partidos políticos, sendo um mero instrumento de barganha, não exercendo, portanto, a sua finalidade de atender a famílias de baixa renda.

A realidade do conjunto habitacional Jacobina III permitiu observar notáveis mudanças ocorridas em sua paisagem urbana desde sua implantação. Ao ser construído, não atingiu o objetivo de atender as necessidades de moradia de pessoas de baixa renda. Assim, como ocorreu em outros conjuntos habitacionais, a distribuição das residências foi feita por meio de critérios de apadrinhamento. As casas foram comercializadas pelos primeiros donos. As pessoas que ali foram morar encontraram um espaço desprovido de serviços públicos, bem como residências mal planejadas sem o mínimo conforto, devido à quantidade de cômodos insuficientes. Tal fato contribuiu para a criação de uma dinâmica no espaço do conjunto, que passou de um espaço "sem vida", para um espaço "de vida" (MARTINS, 1994, p. 112). Essa dinâmica de transformação foi criada pelos moradores, que configuraram ali um espaço de luta para sanar as deficiências do local. Com isso, o que se observa hoje é um espaço completamente diverso daquele que foi criado e instituído pelo projeto de construção. As casas ganharam novo aspecto, até mesmo novas funções, as ruas e avenidas, espaços públicos ganharam novas atribuições, graças às carências dos moradores.

## REFERÊNCIAS

**A paisagem na geografia.** Disponível em:

[http://www.Geocities.com/geo\\_mundi/geral5.htm](http://www.Geocities.com/geo_mundi/geral5.htm). Acesso em 20/abr./2006. Acesso em 20/11/2006.

ALMEIDA, Eliza. O processo de periferização e Uso do Território Brasileiro no atual período histórico. In SOUZA, M. A. **A. Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

BAHIA, Secretaria de Planejamento, Superintendência de Gestão e Avaliação – SGA. Bahia: **Dois anos em Revista: 2003/2005**. Salvador: SEPLAN, 2005.

BOCCIA, Rossana. **Jacobina**.

Disponível em: <http://aventure-se.ig.com.br/matérias/17/0101.0200/147/147-01.htm>. Acesso em 29/out./2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

-----; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FRAGA, Adriano. *et al.* **Jacobina III sobre um outro olhar: desmistificando este conjunto habitacional**. Jacobina, Bahia: 2005. Coordenação Geral: Rosilda Valois e Eliã Siméia.

**Histórico da Urbis**. Disponível em: <http://www.urbis.ba.gov.br>. Acesso em 30/out./2006.

**Histórico: A URBIS e a contribuição à expansão urbana**. Disponível em <http://www.conder.ba.gov.br/histórico.htm>. Acesso em 30/out./2006.

LOPES, Hugo Manuel Soares. As aldeias da região de Aguiar da Beira como patrimônio a preservar. In: **Encontro de Municípios com Centro Histórico, Regionalização e Identidades Locais: A Preservação e a Reabilitação dos Centros Históricos**, 4., 1996, Oeiras. Comunicação. Disponível em: [http://www.ipv.pt/millennium/ect7\\_hmsp.htm](http://www.ipv.pt/millennium/ect7_hmsp.htm). Acesso em 05/jan/2007

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Espaço e política na realidade dos conjuntos habitacionais; In: DAMIANI, L. A. C; SEABRA, O. C. L; CARLOS, A. F. A. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: contexto, 2001.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Habitação popular na periferia de Fortaleza: o conjunto habitacional Jereissati – do espaço planejado ao espaço vivido**. 1994,

119f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINHEIRO, Christiane Freitas. **Avaliação Geoambiental do município de Jacobina através de técnicas de geoprocessamento: um suporte ao ordenamento territorial**. 2004, 267f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

----- **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1997.

----- **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da cidade versus estatuto de cidadies eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

----- e SILVA, Bárbara-Cristine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

-----; LEÃO, Sônia de Oliveira e SILVA, Bárbara-Cristine N. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: Evolução e dinâmica**. Salvador: UFBA, 1989.

SOARES, Antônio Mateus de Carvalho e ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D' Andréa. **Conjuntos Habitacionais em Salvador-Ba e transitória inserção social**. Revista de Arquitetura e Urbanismo, programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, eesc, Usp.

SOUZA, Leonardo Andrade; SOBREIRA, Frederico Garcia & FILHO, José Francisco do Prado. **Cartografia e Diagnóstico Geoambiental Aplicados ao Ordenamento Territorial do Município de Mariana – MG**. RBC - Revista Brasileira de Cartografia Nº 57/03, 2005. Disponível em: [http://www2.prudente.unesp.br/rbc/pdf\\_57\\_2005/57\\_3\\_03.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/rbc/pdf_57_2005/57_3_03.pdf). Acesso em: 03/jan./2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

TONHÁ, Ivilana Quadros. **A participação cidadã nas políticas públicas de habitação popular na Bahia**. 2006. 249 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

TRINDADE Jr, Saint-Clair Cordeiro da. Estrutura, processo, forma e função: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Ensaio da Geografia Contemporânea - Milton Santos: obra revisada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

# **ANEXOS**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Professor Orientador: Edvaldo Hilário

Discentes pesquisadoras: Fabiane Pereira da Silva e Regiane Cruz de Oliveira

Pesquisa: Conjunto Habitacional Jacobina III: Mudanças e a configuração de um espaço de vivência e de luta.

Entrevista nº 01 - Moradores

1. Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Masc ( ) Fem

Endereço: \_\_\_\_\_

Faixa Etária:

- ( ) 18 a 25 anos
- ( ) 25 a 35 anos
- ( ) 35 a 45 anos
- ( ) Acima de 45 anos

Profissão: \_\_\_\_\_

Escolaridade:

- ( ) Analfabeto
- ( ) Alfabetizado
- ( ) 1º grau incompleto
- ( ) 1º grau completo
- ( ) 2º grau incompleto
- ( ) 2º grau completo
- ( ) Superior incompleto
- ( ) Superior completo

1. Por intermédio de que você teve acesso a esse programa habitacional?
2. O que você acha que o conjunto habitacional Jacobina III ainda necessita?
3. O bairro oferece opções de lazer para seus moradores? Quais?
4. Quais os principais problemas enfrentados pelos moradores do bairro na sua opinião?
5. Você acha que a Jacobina III mudou muito desde a sua criação até os dias atuais? (para moradores antigos)
6. Você pretende continuar vivendo aqui? Por quê?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Professor Orientador: Edvaldo Hilário dos Santos  
Discentes pesquisadoras: Fabiane Pereira da Silva e Regiane Cruz de Oliveira

Pesquisa: Conjunto Habitacional Jacobina III: Mudanças e a configuração de um espaço de vivência e de luta.

Entrevista n° 02 – Ex-assistente social da URBIS  
Mariá Gonçalves da Cruz Moura

1. Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.

2. Escolaridade:

- ( ) Analfabeto
- ( ) Alfabetizado
- ( ) 1° grau incompleto
- ( ) 1° grau completo
- ( ) 2° grau incompleto
- ( ) 2° grau completo
- ( ) Superior incompleto
- ( ) Superior completo

3. Quais eram as suas atribuições na época em que trabalhava para a URBIS?
4. O conjunto habitacional Jacobina III estava destinado a algum público específico na época da construção?
5. Quais os critérios foram utilizados na seleção dos moradores?
6. Como foi realizada a divulgação para que os moradores fossem realizar as inscrições?
7. Onde foram feitas as inscrições?
8. Com relação ao sorteio, foi realizado em algum espaço público, onde os moradores pudessem presenciar? Como foi feito? Se lembra?
9. Como foi feito o acordo burocrático (escritura, contrato etc) entre os moradores e a Urbis?
10. Qual a razão ou motivo da escolha daquele terreno para a construção do conjunto?

11. Existe alguma ligação entre a localização do conjunto e a Mineração Morro Velho? Porque existe uma idéia de que o conjunto foi construído para acolher os trabalhadores da mina na época.
12. Era permitido comercializar as casas?
13. Qual a data de entrega das chaves aos primeiros moradores?
14. Além da Jacobina III, quais os outros conjuntos habitacionais que foram construídos no município por intermédio da URBIS?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Professor Orientador: Edvaldo Hilário

Discentes pesquisadoras: Fabiane Pereira da Silva e Regiane Cruz de Oliveira

Pesquisa: Conjunto Habitacional Jacobina III: Mudanças e a configuração de um espaço de vivência e de luta.

Questionário moradores n° 01

1. Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Masc ( ) Fem

Endereço: \_\_\_\_\_

Faixa Etária:

( ) 18 a 25 anos

( ) 25 a 35 anos

( ) 35 a 45 anos

( ) Acima de 45 anos

Pessoas que compõem a sua família (nome, idade, e grau de parentesco): \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Escolaridade:

( ) Analfabeto

( ) Alfabetizado

( ) 1° grau incompleto

( ) 1° grau completo

( ) 2° grau incompleto

( ) 2° grau completo

( ) Superior incompleto

( ) Superior completo

1. Há quanto tempo reside do Conjunto Habitacional Jacobina III?

\_\_\_\_\_

2. De onde veio?

( ) Zona Rural

( ) Zona Urbana

Que cidade \_\_\_\_\_

3. Como era o transporte coletivo na época em que veio morar aqui?
- Bom
  - Excelente
  - Ótimo
  - Ruim
  - Não existia transporte coletivo
  - Regular
4. Já existia saneamento básico e esgotamento sanitário quando veio morar aqui?
- Sim
  - Não
5. Já existiam escolas quando veio morar aqui?
- Sim
  - Não
6. De quantas pessoas era composta a sua família na época em que veio morar neste conjunto habitacional?
- Vim morar sozinho
  - 2 pessoas
  - 3 a 6 pessoas
  - 7 ou mais pessoas
7. O espaço da casa, a sua divisão, quantidade de cômodos, foram suficientes para acomodar a sua família com conforto quando receberam a casa?
- Sim
  - Não, insuficiente
8. Você acha que a sua casa está muito próxima da casa do vizinho?
- Sim
  - Não
9. Você fez alguma modificação em sua casa, ampliou, construiu novos cômodos, depois que a adquiriu?
- Sim
  - Não
10. Que motivo o levou a fazer essa mudança?
- Cômodos pequenos e quantidade de cômodos insuficientes para acomodar toda a família confortavelmente
  - Não gostei da divisão da casa
  - Melhorar a aparência da casa
  - outro motivo
-

11. Quantas pessoas trabalham em sua família?

---

13. E quem trabalha?

- Todos
- somente a esposa
- somente o esposo
- somente o(s) filho (s)
- o esposo e o(s) filho (s)
- a esposa e o(s) filho (s)
- tanto a esposa quanto o esposo

14. Qual é a renda mensal média da sua família?

- Até 01 salário mínimo
- Mais de 01 até 03 salários mínimos
- Mais 03 a 05 salários mínimos
- Mais 05 até 07 salários mínimo
- Mais de 07 salários mínimos

15. Seus filhos ainda estudam?

- Sim
- Não

16. Qual a importância que você dar aos estudos na formação de seus filhos?

- fundamental para conseguir um bom emprego.
- Indispensável ao desenvolvimento do caráter do ser humano.
- não é tão importante, o fundamental é ter uma profissão, saber fazer alguma coisa.
- Essencial para uma formação social voltada para a cidadania.

17. Você encontra tudo o que precisa no conjunto habitacional Jacobina III?

- Sim
- Sim, mas prefere comprar no Centro da cidade
- não, na maioria das vezes recorre ao Centro da cidade

18. Qual o meio de transporte que você mais utiliza?

- Nenhum
- Moto táxi
- Bicicleta
- Veículo próprio (carro ou moto)
- Carona
- Ônibus

19. O que você acha da atuação do poder público municipal e estadual aqui no bairro, no sentido de prover melhores condições de vida a seus habitantes?

- Boa

- ( ) Ruim
- ( ) Regular
- ( ) Ótima
- ( ) Excelente

Justificativa:

---

---

---

20. Como você vê a atuação da Associação de Moradores do bairro?

- ( ) Boa
- ( ) Muito Boa
- ( ) Ótima
- ( ) Razoável, poderia ser melhor
- ( ) Ruim, não existe na prática

Justificativa:

---

---

---

21. Na sua opinião a Associação comunitária tem conseguido melhorias para o bairro?

- ( ) Sim
- ( ) Não

22. Você gosta de morar no conjunto habitacional Jacobina III?

- ( ) Sim
- ( ) Não



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Professor Orientador: Edvaldo Hilário

Discentes pesquisadoras: Fabiane Pereira da Silva e Regiane Cruz de Oliveira

Pesquisa: Conjunto Habitacional Jacobina III: Mudanças e a configuração de um espaço de vivência e de luta.

Questionário n° 02 – Adolescentes e Jovens

1. Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.

Idade:

( ) 14 a 17 anos

( ) 18 a 21 anos

( ) 22 a 25 29 anos

( ) Acima de 25 anos

2. Escolaridade:

( ) Não alfabetizado

( ) Alfabetizado

( ) 1° grau incompleto

( ) 1° grau completo

( ) 2° grau incompleto

( ) 2° grau completo

( ) Superior incompleto

( ) Superior completo

3. Há quanto tempo reside do conjunto habitacional Jacobina III?

\_\_\_\_\_

4. Quantas pessoas compõe a sua família?

( ) Moro sozinho

( ) 1 ou 2 pessoas

( ) 3 a 6 pessoas

( ) 7 ou mais pessoas

5. Qual é a sua ocupação atual?

- Trabalho em tempo integral e estudo à noite
- Trabalho em tempo integral e não estudo
- Trabalho em tempo parcial e não estudo
- Trabalho em tempo parcial e estudo em turno oposto
- Apenas estudo
- Não faço nada

6. Este conjunto habitacional oferece alguma opção de lazer?

- Não
- Sim Qual(ais)

---

---

---

7. Como você se diverte aqui no conjunto habitacional Jacobina III?

- Costumo ir ao barzinho
- Vou a igreja
- Pratico esporte
- Fico em casa vendo televisão, assistindo filme ou lendo
- Circulando
- Costumo sair para outros lugares, pois aqui não há opções de lazer e diversão
- Outros

Citar: \_\_\_\_\_

8. Onde você costuma se encontrar com seus amigos para conversar?

- Nas ruas
- Nas calçadas
- Casa dos amigos ou em minha própria casa
- No barzinho
- Nas esquinas
- Outro lugar

9. Em relação às opções de lazer, o que você acha que o conjunto habitacional Jacobina III mais precisa?

- De uma praça
- De um clube
- Mais uma quadra poliesportiva
- Pizzaria, lanchonete ou sorveteria
- Outros Citar: \_\_\_\_\_

10. Qual a avaliação que você faz do conjunto habitacional?

- ( ) Excelente
- ( ) Ótimo
- ( ) Bom
- ( ) Ruim
- ( ) Precisa melhorar
- ( ) O que mais quero é morar em outro lugar. Justifique esta resposta

---

---

---



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Professor Orientador: Edvaldo Hilário  
Discentes pesquisadoras: Fabiane Pereira da Silva e Regiane Cruz de Oliveira

Pesquisa: Conjunto Habitacional Jacobina III: Mudanças e a Configuração de Um Espaço de  
Vivência e de Luta

### Questionário nº 03 REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

1. Identificação:

1.1 Nome: \_\_\_\_\_

1.2 Faixa Etária:

- ( ) 18 a 25 anos  
( ) 25 a 35 anos  
( ) 35 a 45 anos  
( ) Acima de 45 anos

1.3 Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.

2. Escolaridade:

- ( ) Analfabeto  
( ) Alfabetizado  
( ) 1º grau incompleto  
( ) 1º grau completo  
( ) 2º grau incompleto  
( ) 2º grau completo  
( ) Superior incompleto  
( ) Superior completo

3. Que motivo o levou a querer estar à frente da Associação Comunitária do Conjunto Habitacional Jacobina III?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Qual o número de associados hoje?

4.1 Quantos homens? \_\_\_\_\_

4.2 Quantas mulheres? \_\_\_\_\_

5. Quais obstáculos você têm encontrado em sua gestão?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. A associação tem apoio da Prefeitura Municipal. ( ) Sim ( ) Não

**Justificativa/Comentários:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7. Que tipo de ajuda a prefeitura fornece? (*questão condicionada à anterior*)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8. Em sua gestão, quais benefícios a Associação conseguiu trazer para o conjunto?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9. Na sua opinião o que o bairro mais necessita?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10. A associação tem apoio e a aceitação dos moradores locais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11. A Associação Comunitária do conjunto habitacional Jacobina III tem sido convidada para participar de discussão e reuniões junto à prefeitura municipal? ( ) Sim ( ) Não

**Justificativa/Comentários:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. Quais os temas discutidos nessas reuniões?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Promoção evento pela associação:

a) Palestra ..... ( ) Sim ( ) Não

b) Curso ..... ( ) Sim ( ) Não

c) Seminário ..... ( ) Sim ( ) Não

d) Festas comemorativas ..... ( ) Sim ( ) Não

e) Festas religiosas ..... ( ) Sim ( ) Não

c) Citar os mais recentes \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Professor Orientador: Edvaldo Hilário

Discentes pesquisadoras: Fabiane Pereira da Silva e Regiane Cruz de Oliveira

Pesquisa: Conjunto Habitacional Jacobina III: Mudanças e a configuração de um espaço de vivência e de luta.

Questionário nº 04 – Comerciantes

1. Identificação:

1.1 Nome: \_\_\_\_\_

1.2 Faixa Etária:

- 18 a 25 anos  
 25 a 35 anos  
 35 a 45 anos  
 Acima de 45 anos

1.3 Sexo:  Masc.  Fem.

2. Escolaridade:

- Analfabeto  
 Alfabetizado  
 1º grau incompleto  
 1º grau completo  
 2º grau incompleto  
 2º grau completo  
 Superior incompleto  
 Superior completo

3. Você está satisfeito com os resultados financeiros de sua atividade comercial?

Sim  Não

4. Têm sido rentável?

Sim  Não

Justificativa:

---

---

---

---

5. O que o levou a optar por esse tipo de comércio?

---

---

---

6. Quanto tempo tem o seu estabelecimento comercial?

---

7. Em que época do ano as vendas são mais intensas?

---

8. Qual o perfil de seu cliente?

- Aposentados
- Funcionários Públicos
- Trabalhadores Assalariados
- Autônomos e desempregados
- Todos os tipos

9. Existe muita inadimplência?

- Sim
- Não

10. Quantos empregados têm o seu estabelecimento? \_\_\_\_\_

11. Assina a carteira de trabalho dos funcionários?

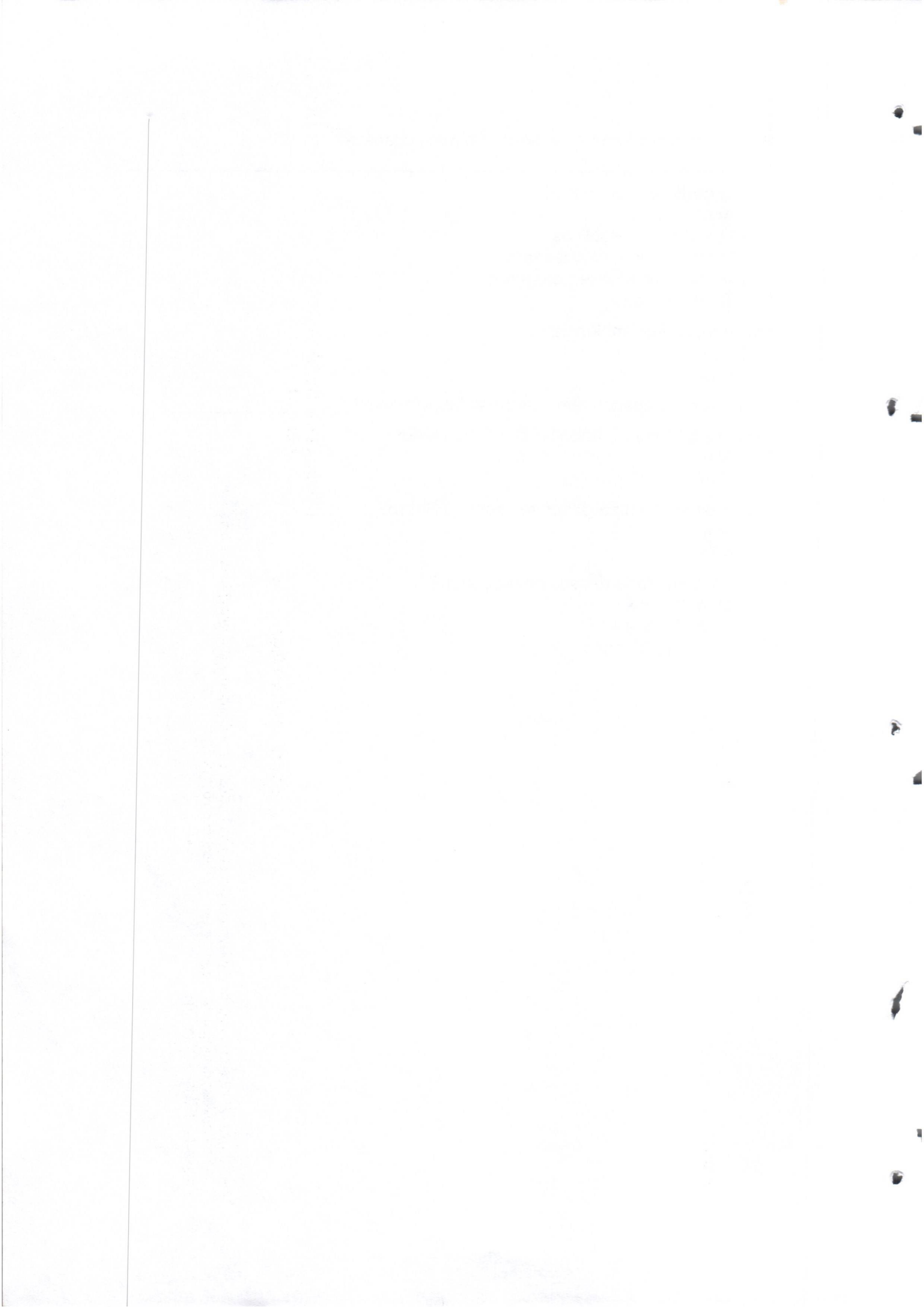
- Sim
- Não

12. Todos os seus empregados residem no Bairro?

- Sim
- Não

13. Qual a faixa etária desses empregados?

- 15 a 25 anos
- 25 a 35 anos
- Acima de 35 anos



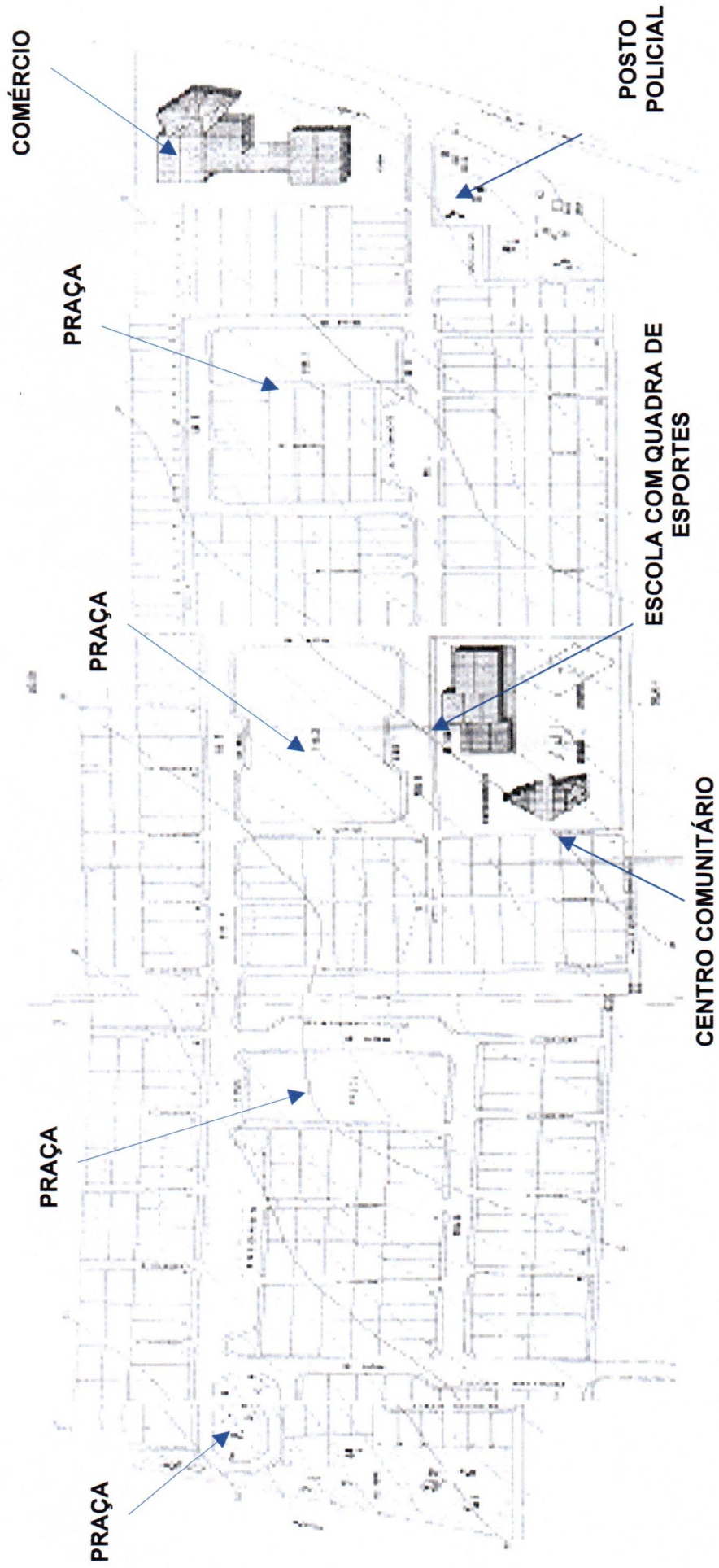


Figura XX – Planta do Conjunto Habitacional Jacobina III, URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia S/A  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Jacobina, Setor de Patrimônio, 2006.  
 Adaptação: Fabiane Silva, 2007.

Handwritten text, possibly a date or reference number, located at the top of the page.

Handwritten text, possibly a name or title, located in the upper middle section.

Handwritten text, possibly a name or title, located in the middle section.

Handwritten text, possibly a name or title, located in the lower middle section.

